

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

2025



**PREFEITURA DE
ROLÂNDIA**



**SECRETARIA MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

1- IDENTIFICAÇÃO

Município	Rolândia – PR
Porte Populacional	71.670 habitantes
Fonte	Censo 2022 / IBGE

ELABORAÇÃO

Nome	Formação	Profissão	Função / Cargo	Vínculo	Representação
Carla Patrícia Mastelini	Superior	Assistente Social	Vigilância Socioassistencial	Estatutário	Órgão Gestor
Thais Fernanda Paião Anselmo	Superior	Assistente Social	Assessora de Gabinete	Cargo em Comissão	Órgão Gestor

REVISÃO

Michele da Silva Pereira	Superior	Assistente Social	Secretária de Assistência Social	Estatutário / Cargo em Comissão	Órgão Gestor
--------------------------	----------	-------------------	----------------------------------	---------------------------------	--------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

Ailton Aparecido Maistro
Prefeito Municipal

Horácio Fernandes Negrão
Vice Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Michele da Silva Pereira
Secretária Municipal

COLABORAÇÃO

Alessandra Aparecida Figueiredo Dos Santos
Diretoria da Proteção Social Básica

Daiane Cirilo dos Santos
Coordenação CCI

Maria Cláudia Mantine
Coordenação CRAS Arnaldo Garcia

Mariana Festti
Coordenação CRAS San Fernando

Rozimari Podanoschi
Coordenação CRAS Luiz Picinin e Central de Cursos

Fernanda Cotarelli Buranello
Diretoria da Proteção Social Especial

Adriane Costa Azevedo
Coordenação Casa Abrigo Hans Zischler

Denise Pacheco Francisco
Coordenação CREAS Cacilda Dermiro Papke

Fabiany Cogo
Coordenação CREAS II

Vivianne Vernillo dos Santos
Diretoria de Políticas Para Mulheres

Yohana Ramos
Equipe técnica CRAM

Monica Shultze
Equipe técnica CRAM

Pamela Cynara
Equipe técnica CRAM



SUMÁRIO

1 – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO TERRITÓRIO

- 1.1- Emprego e Renda
- 1.1.1- Perfil Ocupacional
- 1.2- Educação
- 1.3- Saúde

2 – A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO

2.1 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

- 2.1.1- Caracterização de cada território
 - 2.1.1.1- CRAS Arnaldo Garcia
 - 2.1.1.2- CRAS Luiz Picinin
 - 2.1.1.3 - CRAS Regina Maura
- 2.1.2- Principais vulnerabilidades, encaminhamentos e demandas recorrentes nos territórios
- 2.1.3- Benefícios Eventuais
- 2.1.4- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
- 2.1.5- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
 - 2.1.5.1 - (SCFV) Para Adolescentes, jovens e adultos
 - 2.1.5.2 - (SCFV) Para a Pessoa Idosa
- 2.1.6- Parcerias Intersetoriais - Programa Acalenta Rolândia

2.2 – REDE SOCIOASSISTENCIAL (NÃO GOVERNAMENTAL)

2.3 – CADASTRO ÚNICO E BENEFÍCIOS

- 2.3.1 - Programa Bolsa Família
- 2.3.2- Benefício de Prestação Continuada (BPC)

2.4 – PROGRAMAS ESTADUAIS

- 2.4.1- Cartão Comida Boa
- 2.4.2- Compra Direta
- 2.4.3- Leite das Crianças
- 2.4.4- Passe Livre Intermunicipal

2.5 – MIGRANTES

- 2.5.1 - Migrantes Internacionais Registrados no Município e Suas Nacionalidades
- 2.5.2- Migrantes Internacionais Atendidos por CRAS
- 2.5.3- Migrantes Nacionais
- 2.5.4- Parcerias e Iniciativas Municipais de Acolhimento e Inserção Social de Migrantes
 - 2.5.4.1- Cáritas Arquidiocesana de Londrina
 - 2.5.4.2- Grupo de Trabalho Voltado aos Migrantes, Refugiados e Apátridas

2.6 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

- 2.6.1- Proteção Social Especial de Média Complexidade
 - 2.6.1.1- CREAS I - Cacilda Dermiro Papke (Crianças e Adolescentes)
 - 2.6.1.2- CREAS II (Pessoa em Situação de Rua, Idosos e Pessoa com Deficiência)
- 2.6.2- Proteção Social Especial de Alta Complexidade
 - 2.6.2.1- Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

2.7- POLÍTICAS PARA MULHERES

- 2.7.1- Acolhimento Institucional Para Mulheres Vítimas de Violência - CASA DE TAMAR
- 2.7.2- Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM)

3- VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

- 3.1 - Principais Vulnerabilidades Identificadas no Município por Território
 - 3.1.1 - CRAS Arnaldo Garcia
 - 3.1.2 - CRAS Luiz Picinin
 - 3.1.3 - CRAS Regina Maura de Oliveira
- 3.2 - Desafios e Lacunas da Rede Socioassistencial
- 3.3 - Considerações Finais



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO



1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Rolândia está localizado na Mesorregião Norte Central Paranaense, integrando a Região Metropolitana de Londrina, com posição estratégica e forte articulação regional. Faz divisa com os municípios de Jaguapitã, Cambé, Arapongas, Pitangueiras e Sabáudia, situando-se a aproximadamente 23 km de Londrina, favorecendo a mobilidade populacional, o acesso a serviços regionais e a circulação de bens e trabalhadores, o que impacta positivamente as dinâmicas socioeconômicas locais .

Segundo as Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2025, divulgadas pelo IBGE, a população estimada de Rolândia é de 75.818 habitantes nessa data de referência, refletindo o crescimento populacional do município no período intercensitário e suas tendências demográficas recentes .

O território apresenta um processo histórico de ocupação marcado pela migração europeia e pela vocação agrícola, inicialmente centrada na cafeicultura, com posterior diversificação produtiva. Atualmente, o município caracteriza-se como um polo urbano de médio porte, com contínuo crescimento econômico, elevado potencial de consumo e significativa concentração de atividades industriais, comerciais e de serviços, fatores que impactam diretamente a organização territorial e a demanda por políticas públicas integradas em áreas como educação, saúde e assistência social .

1.1-EMPREGO E RENDA

O mercado de trabalho em Rolândia continuou a apresentar dinamismo no ano de 2025, evidenciado por dados parciais de geração de empregos e pelas ações de intermediação da Agência do Trabalhador/SINE do município. Entre janeiro e agosto de 2025, Rolândia superou as metas de geração de emprego previstas pela Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, com 2.052 trabalhadores colocados via Agência do Trabalhador/SINE, o que representa 152% a mais do que a projeção inicial para o período.



Além disso, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a diferença entre admissões e desligamentos no município atingiu 8.787 colocações formais até julho de 2025, o que indica um saldo positivo no mercado de trabalho local.

A fim de evidenciar a evolução do mercado de trabalho no município, apresenta-se a seguir tabela comparativa com os principais indicadores de emprego disponíveis para o período de 2022 a 2025.

Ano	Fonte principal	Indicador disponível	Resultado / Situação
2022	RAIS	Trabalhadores formais	24.571 vínculos formais
	RAIS	Crescimento anual do emprego formal	+9,5% em relação a 2021
	RAIS	Remuneração média	R\$ 2.913,27
2023	—	Dados consolidados municipais	Não disponíveis (sem publicação consolidada até o momento)
2024	CAGED	Saldo de empregos formais	+1.506 novas vagas no ano
2025*	SINE / SETR	Trabalhadores colocados (jan-ago)	2.052 colocações, superando a meta em 152%
	CAGED	Saldo de admissões	14.208

1.1.1-Perfil Ocupacional

A distribuição do emprego formal por grandes grupos ocupacionais evidencia a diversidade da estrutura produtiva do município, bem como diferenças significativas nos níveis de remuneração média, conforme apresentado na tabela a seguir.

Grupamento	Admitidos	Desligados	Saldo
Construção	433	498	-65
Indústria geral	7.784	8.214	-430
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	2.93	3.019	-89
Alojamento e alimentação	316	324	-8
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	575	556	19
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	1.059	956	103
Outros serviços	149	123	26
Transporte, armazenagem e correio	452	366	86
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	510	403	107
Total	14.208	14.459	-251

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Dados disponibilizados em painel Power BI, 2026.

A geração de empregos em Rolândia também se reflete nos números de colocações acumuladas ao longo de anos recentes – por exemplo, o SINE registra uma tendência de crescimento no volume de pessoas inseridas no mercado de trabalho desde 2021, com milhares de colocações sucessivas entre 2021 e 2025.

Em termos ampliados, o cenário estadual do Paraná em 2025 tem sido positivo, com dados do Caged indicando milhares de novas vagas formais geradas no acumulado do ano, e o Estado figurando entre os maiores responsáveis por geração de empregos no Brasil em 2025.



Essa dinâmica econômica ampla potencializa as oportunidades também em municípios como Rolândia, sobretudo em setores que lideram contratações no Paraná, como serviços, indústria e comércio.

Embora não haja ainda dados oficiais consolidados sobre remuneração média por setor e gênero em Rolândia para 2025 – informação que costuma ser disponibilizada em estatísticas oficiais como a RAIS com defasagem temporal – a tendência local de saldo positivo de empregos e incremento nas colocações formais é um indicativo de fortalecimento do mercado de trabalho no município no contexto recente de 2025.

Mesmo com essa expansão de vagas, desafios estruturais de emprego e renda podem persistir, como desigualdades salariais por gênero e setores econômicos, e exigem a continuidade de políticas públicas de qualificação profissional, inclusão produtiva e articulação entre educação técnica e demandas do mercado.

Esses elementos são essenciais para consolidar o impacto positivo na vida da população trabalhadora, sobretudo nos grupos em situação de vulnerabilidade social.



EDUCAÇÃO



1.2-EDUCAÇÃO

A educação no Município de Rolândia/PR desempenhou papel central nas políticas públicas locais ao longo de 2025, voltada à garantia de acesso, permanência e desenvolvimento da aprendizagem de crianças e adolescentes no município. A política educacional foi implementada com base nas diretrizes legais nacionais e municipais, destacando-se o alinhamento ao Plano Municipal de Educação vigente, cuja vigência foi prorrogada para assegurar a continuidade de ações educacionais e evitar lacunas normativas no município.

A Secretaria Municipal de Educação foi responsável pela oferta da Educação Infantil, Ensino Fundamental e pela gestão das unidades escolares municipais, com especial atenção à organização de escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs). A secretaria tinha competência de planejar, supervisionar, dirigir e controlar o sistema de ensino municipal, conforme suas funções definidas no portal oficial da Prefeitura.

No início do ano letivo de 2025, a rede municipal retomou suas atividades com um quadro de aproximadamente oito mil alunos matriculados, distribuídos entre 10 CMEIs e 14 escolas municipais (5,5 mil no Fundamental e 2,5 mil no Infantil). O início das aulas ocorreu presencialmente no começo do ano, seguindo o calendário escolar e com inclusão de períodos integrais em algumas unidades de ensino, além de apoio direto às famílias por meio de programas municipais de apoio ao estudo.

Ao longo do ano, a rede municipal participou de avaliações externas de larga escala, como a Prova SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) 2025, com os alunos dos quintos anos realizando avaliações em Matemática e Língua Portuguesa. Essas avaliações, cujo resultado influencia o cálculo do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), foram incentivadas pela Secretaria Municipal de Educação junto às famílias e comunidade escolar.





SAÚDE




1.3- SAÚDE

No ano de 2025, a política de saúde no Município de Rolândia/PR destacou-se como eixo essencial da proteção social, evidenciada pela promoção contínua de campanhas de imunização que impactaram diretamente a prevenção de doenças na população.

Ao longo do ano, a Secretaria Municipal de Saúde promoveu a Campanha de Multivacinação, com ênfase especial na tríplice viral, febre amarela e HPV, ofertando vacinação gratuita em todas as Unidades Básicas de Saúde como forma de prevenir doenças previamente controladas e reduzir a vulnerabilidade sanitária dos territórios.

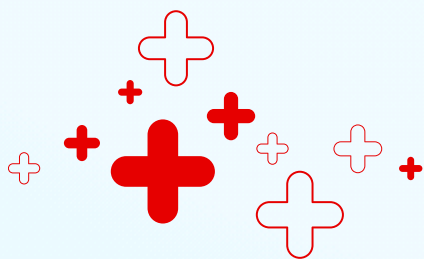
As ações de vigilância epidemiológica reforçaram a importância da atenção à saúde no território, especialmente diante do aumento de casos de doenças transmissíveis. Em 2025, Rolândia registrou aumento nos casos de COVID-19, com dezenas de novos casos e registros de óbitos, cenário que ressaltou a importância da continuidade dos cuidados de saúde pública e da ampla oferta de vacinação em todas as unidades do município.

Nº	Unidade Básica de Saúde (UBS)	Bairro / Região
1	UBS Central	Centro
2	UBS San Fernando	San Fernando
3	UBS Santiago	Santiago
4	UBS Vila Oliveira	Vila Oliveira
5	UBS Parigot de Souza	Parigot de Souza
6	UBS Nobre	Nobre
7	UBS São Martinho	São Martinho
8	UBS Bartira	Bartira
9	UBS Tomie Nagatani	Tomie Nagatani
10	UBS Planalto	Planalto



Além disso, a gestão municipal incentivou a participação da população na construção e melhoria dos serviços de saúde por meio da Ouvidoria da Saúde, canal que permitiu a manifestação de demandas, sugestões, elogios e reclamações dos usuários do SUS local, fortalecendo o controle social, a transparência e a qualidade dos serviços ofertados no território municipal.

Complementarmente, a importância estratégica da política de saúde para o território foi reforçada por investimentos e avanços na infraestrutura do sistema de saúde, tanto em nível municipal quanto em parceria com o Governo do Estado, incluindo ações voltadas à ampliação de serviços de urgência e emergência e ao fortalecimento da rede de atenção à saúde, aspectos que contribuíram para ampliar a capacidade de resposta às necessidades da população em diferentes áreas do município em 2025.





A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO



Organograma



GABINETE SMAS

THAIS F. PAIÃO
ASSESSORIA DE GABINETE

CONSELHOS

- Conselho Municipal de Assistência Social
- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
- Conselho Municipal do Idoso
- Conselho Municipal da Mulher
- Conselho Municipal da Pessoa Com Deficiência
- Conselho Municipal de Igualdade Racial

CONSELHO TUTELAR

Governamental:

(Alessandra Ap. Figueredo)
DIR. DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(Fernanda C. Buranello)
DIR. DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

(Vivianne Verrnillo)
DIR. DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

(Carla Mastellini)
DIR. DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

(Douglas de Carvalho)
DIR. DE INFRAESTRUTURA MANUTENÇÃO E LOGÍSTICA

(Patrícia Zorzetti)
GESTÃO DO SUAS

(David H. Januario)
GESTÃO DE PESSOAS

GERÊNCIA (PSB)

GERÊNCIA (PSE)

COORDENAÇÃO

GERÊNCIA DE CADÚNICO

FROTAS

GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO SUAS

- (Maria Claudia Mantine) CRAS ARNALDO GARCIA
- (Rozimari Podanoschi) CRAS LUIZ PICININ
- (Mariana Festti) CRAS REGINA MAURA
- SCFV- IDOSOS (CCI)
- SCFV (7 a 14 ANOS) Unidade Social

- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE
- CENTRAL DE CURSOS
- (Denise Pacheco) CREAS I
- (Fabiany Cogo) CREAS II

- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE
- (Adriane da Costa P.) CASA ABRIGO
- CRAM
- CASA DE TAMAR Acolhimento para mulheres vítimas de violência

- GESTÃO DE BENEFÍCIOS
- GESTÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO (IDS)
- GESTÃO DO TRABALHO EDUCAÇÃO PERMANETE
- MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- REDE FORTALECER

- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE PARCERIAS OSCs E COFINANCIAMENTO
- COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
- AUOXARIFADO

Não Governamental

- Acolhimento institucional para pessoa em situação de rua masculino
- PROJETO CEEL
- Acolhimento institucional para pessoa em situação de rua feminino
- MISSÃO VIDA Serviço de Acolhimento institucional para pessoa em situação de rua (MASCULINO)
- LAR CAIRBAR SCHUTEL Acolhimento institucional para pessoa idosa
- MAANAIM Acolhimento institucional para pessoa idosa
- PEQUENO COTOLENGO Acolhimento institucional PCD

- APAE MÉDIA COMPLEXIDADE
- MISSÃO VIDA ABORDAGEM SOCIAL





PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA



2- A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO

A Política de Assistência Social integra a seguridade social como direito do cidadão e dever do Estado, conforme a Constituição Federal de 1988 (art. 203) e a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993), sendo organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No âmbito municipal, concretiza-se pela oferta de serviços, programas, projetos e benefícios da proteção social básica e especial, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a NOB-SUAS, evidenciando-se como fundamental para a prevenção e o enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, a garantia de direitos e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

2.1 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Proteção Social Básica em Rolândia integra o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tem como finalidade prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso a direitos socioassistenciais. No município, essa proteção é ofertada prioritariamente pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que atuam como a principal porta de entrada da política de assistência social no território.

Por meio de serviços como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), são desenvolvidas ações continuadas de acompanhamento familiar, orientações socioassistenciais, atividades coletivas e encaminhamentos para a rede de políticas públicas.

A Proteção Social Básica também viabiliza o acesso ao Cadastro Único, aos benefícios assistenciais e a outras ações de apoio, buscando reduzir desigualdades, prevenir o agravamento das vulnerabilidades decorrentes da pobreza, do desemprego e da fragilização de vínculos, e promover melhores condições de vida à população do município.

UNIDADES DE PROTEÇÃO BÁSICA	Bairros Referenciados
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- Professor Arnaldo Garcia	66 bairros
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- Luiz Picinin	20 bairros + 2 Distritos
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- Regina Maura de Oliveira	33 bairros
CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO - CCI Maria Canônico	Todo o município



2.1.1- Caracterização de cada território

Por meio dessa caracterização, é possível identificar vulnerabilidades, potencialidades, demandas mais recorrentes e especificidades locais, como situações de pobreza, violência, presença de migrantes internacionais, acesso a serviços públicos e condições de moradia. Essas informações subsidiam o planejamento das ações socioassistenciais, orientam a atuação das equipes e fortalecem a articulação com a rede de serviços, garantindo que as intervenções sejam mais adequadas à realidade de cada território.

2.1.1.1- CRAS Arnaldo Garcia


O CRAS Arnaldo Garcia, que se localizava na Rua Sagaragi, na Vila Oliveira, passou a funcionar na Rua Ouro, 465, esquina com a Rua Tupi, atendendo a uma ampla região do município, caracterizada por grande extensão territorial e diversidade de bairros. O território inclui parte significativa da área central de Rolândia, onde se concentram importantes equipamentos públicos, serviços e atividades comerciais.

Na área de abrangência estão presentes diversos serviços essenciais à população, como terminal rodoviário, unidades bancárias, ginásio de esportes, estádio municipal, unidades administrativas de empresas de serviços públicos, além de espaços culturais e de lazer utilizados para eventos comunitários e festividades tradicionais do município. Também se encontram equipamentos relevantes da rede de saúde, incluindo hospital geral, hospital psiquiátrico e atendimento de urgência e emergência.

A região conta ainda com importante presença de atividades econômicas e logísticas. Um dos polos industriais do município está localizado em sua área de abrangência, além de estruturas ligadas ao transporte e escoamento de produção agrícola. A presença da ferrovia, com intenso fluxo de trens ao longo do dia, atravessa o território e conecta a região a importantes rotas de transporte de cargas do estado.

No campo da proteção social básica, o território dispõe de serviços socioassistenciais voltados ao fortalecimento de vínculos comunitários, ofertados em parceria com instituições da sociedade civil, especialmente direcionados a crianças e adolescentes. Também se destaca a presença de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e de famílias acompanhadas pelos serviços da proteção social básica.





A rede de atendimento existente no território é composta por diversos equipamentos públicos e organizações da sociedade civil, incluindo unidades de ensino municipais, estaduais e particulares, centros de educação infantil, unidades básicas de saúde, serviços especializados em saúde mental, instituições de longa permanência para pessoas idosas, equipamentos da política de assistência social, conselhos de direitos, organizações religiosas, associações comunitárias e espaços esportivos e culturais.

Observa-se a necessidade de adequação e aprimoramento do espaço físico do CRAS, com intervenções voltadas à manutenção, reforma ou ampliação da estrutura existente, de modo a fortalecer as atividades coletivas do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o desenvolvimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como a realização de cursos, oficinas de cidadania e atividades voltadas à geração de renda e ao fortalecimento da autonomia das famílias.

2.1.1.2 - CRAS Luiz Picinin


O CRAS Luiz Picinin, localizado no Jardim Nobre, atende uma região composta por diversos bairros e distritos do município. O território é marcado pela presença de áreas urbanas em expansão e por distritos que mantêm características próprias de organização social e territorial.

A região está situada em área estratégica de acesso a rodovias estaduais, o que favorece a circulação de pessoas e o desenvolvimento de atividades econômicas. Nesse território concentram-se diferentes segmentos industriais, incluindo empresas ligadas ao beneficiamento de produtos, processamento de matérias-primas e atividades de transformação.

Nos últimos anos, a região tem passado por processos de expansão urbana, com a implantação de novos loteamentos e conjuntos habitacionais destinados à população de interesse social. Esse processo contribui para o aumento da demanda por serviços públicos e políticas sociais, especialmente nas áreas de assistência social, saúde, educação e infraestrutura urbana.

No âmbito da proteção social básica, o CRAS realiza atendimentos voltados ao acompanhamento familiar, concessão de benefícios eventuais e orientação às famílias em situação de vulnerabilidade social. Também há presença significativa de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda.





O território conta com equipamentos públicos importantes, como unidades básicas de saúde, centros de educação infantil e espaços comunitários destinados a atividades socioeducativas e esportivas. Destaca-se também a existência de uma central de cursos vinculada ao CRAS, voltada à oferta de oportunidades de qualificação para a população.

Apesar dessas estruturas, observa-se a necessidade de ampliação da rede de serviços públicos e socioassistenciais, especialmente em razão do crescimento populacional da região. Outro desafio identificado refere-se à mobilização e participação da comunidade em atividades coletivas e grupos socioeducativos, o que demanda estratégias de fortalecimento do vínculo entre usuários e serviços ofertados.

2.1.1.3- CRAS Regina Maura

O CRAS Regina Maura, localizado no Jardim San Fernando, atende uma região situada na porção sul do município de Rolândia. O território apresenta dinâmica econômica marcada pela presença de indústrias, especialmente ligadas ao setor frigorífico da cadeia produtiva da avicultura.

A região caracteriza-se também pela diversidade social e cultural de sua população, incluindo famílias migrantes que se deslocam para o município em busca de oportunidades de trabalho. Esse movimento contribui para a formação de um território plural, marcado por diferentes trajetórias de vida e experiências sociais.

O território conta com infraestrutura urbana relativamente organizada, incluindo comércio local, unidades de ensino, centros de educação infantil, unidades básicas de saúde, espaços comunitários e equipamentos culturais. Também se destacam organizações da sociedade civil e iniciativas comunitárias voltadas ao apoio social e à solidariedade, além da presença de instituições religiosas e grupos culturais.

No âmbito da assistência social, o CRAS desenvolve atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, promovendo oficinas e atividades socioeducativas voltadas a diferentes faixas etárias, incluindo crianças, adolescentes, adultos e pessoas idosas. O território também apresenta presença significativa de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e famílias acompanhadas pelos serviços da proteção social básica.




Diante das demandas identificadas, destaca-se a necessidade de manutenção e aprimoramento contínuo da estrutura física do equipamento, com investimentos voltados à melhoria dos espaços destinados às atividades coletivas, cursos e oficinas.

Tais iniciativas são fundamentais para ampliar oportunidades de aprendizagem, fortalecer vínculos comunitários e promover ações de geração de renda e qualificação profissional, especialmente voltadas às mulheres responsáveis pelo sustento familiar.

2.1.2- Principais vulnerabilidades, encaminhamentos e demandas recorrentes nos territórios

CRAS	Perfil das famílias acompanhadas (principais vulnerabilidades)	Principais encaminhamentos realizados (saúde, educação, justiça etc.)
Professor Arnaldo Garcia	Idosos sem renda ou benefícios. Famílias monoparentais e numerosas, com baixa escolaridade. Famílias de imigrantes com múltiplas demandas. Famílias em situação de vulnerabilidade econômica e com dependência de substâncias psicoativas.	Solicitação e reavaliação do BPC para idosos e pessoas com deficiência. Encaminhamentos para saúde (UBS, CAPS) e educação (CMEI e Programa Jovem Aprendiz). Encaminhamentos para Justiça, FNS e serviços socioassistenciais, especialmente SCFV.
Luiz Picinin	Famílias em situação de pobreza e desemprego, com dificuldades de mobilidade. Uso de substâncias psicoativas e envolvimento com práticas ilícitas. Violência, fragilização dos vínculos familiares e isolamento social. Sobrecarga de cuidadores e ausência de serviços básicos.	Encaminhamentos ao INSS. Serviços de saúde (UBS, CAPS e CAPS AD II). Assessoria jurídica gratuita. Encaminhamentos para a área da educação.
Regina Maura de Oliveira	Famílias monoparentais e pessoas idosas sem apoio familiar. Beneficiários do Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades. Famílias em vulnerabilidade econômica ou sem renda. Baixa escolaridade, fragilidade socioeconômica e uso de substâncias psicoativas.	Articulação com a UBS para visitas domiciliares e avaliação de risco em saúde mental. Encaminhamentos ao CAPS, CAPS AD e CAPSi. Inserção e acompanhamento na rede socioassistencial. Parcerias com o Centro Cultural São Fernando para ações socioculturais.





A identificação das vulnerabilidades sociais nos territórios possibilita o conhecimento das condições de vida da população e dos fatores que impactam a garantia de direitos. Verifica-se que as demandas atendidas pela rede socioassistencial decorrem de diferentes situações de vulnerabilidade, as quais se apresentam de forma distinta conforme as características socioeconômicas, demográficas e territoriais.

Observa-se a recorrência de demandas relacionadas à solicitação de benefícios eventuais, especialmente cestas básicas e apoio para emissão de documentação civil, bem como ao acesso a benefícios socioassistenciais e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Destacam-se, ainda, solicitações de passe livre intermunicipal e interestadual.

Verificam-se situações de ausência ou insuficiência de renda, associadas à insegurança alimentar, além da presença de famílias monoparentais e vínculos familiares fragilizados. Também são identificados casos de violência doméstica e outras violações de direitos, uso abusivo de substâncias psicoativas, evasão e infrequência escolar, demandando constante articulação com a rede intersetorial. Soma-se a esse contexto as dificuldades de adesão a tratamentos de saúde e de acompanhamento pré-natal, evidenciando a complexidade das vulnerabilidades atendidas nos territórios.

2.1.3-Benefícios Eventuais

Os benefícios eventuais são instrumentos de proteção social de caráter suplementar, temporário e não contributivo. No Município de Rolândia, os benefícios eventuais estão previstos na Lei Municipal nº 4.290, de 27 de maio de 2025, que regulamenta sua concessão no âmbito da política pública de assistência social municipal.

Essa lei atualiza dispositivos anteriores e define que os benefícios eventuais destinam-se a pessoas e famílias impossibilitadas de enfrentar contingências sociais que geram fragilização da manutenção do indivíduo ou da unidade familiar, como nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária, calamidade pública e emergências. De acordo com essa norma, os benefícios eventuais são oferecidos mediante critérios técnicos e avaliação social pelas equipes do SUAS nos CRAS e CREAS, observando, em regra, a condição de vulnerabilidade socioeconômica (como renda per capita igual ou inferior a metade do salário mínimo, salvo em situações excepcionais).



Eles incluem modalidades como auxílio alimentação, documentação civil básica, fornecimento de passagens terrestres e aéreas, auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio aluguel social, e benefícios em situações de emergência ou calamidade pública, com o objetivo de mitigar riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar.

Benefício	PROFESSOR ARNALDO GARCIA	LUIZ PICININ	REGINA MAURA DE OLIVEIRA
Cestas Básicas	644	718	671
Auxílio Funeral	9	2	2
Auxílio Natalidade (pelo CRAS)	3	3	3
Auxílio Natalidade (pelo Acalenta)	28	21	22
Passagens	6	1	0

Esses dispositivos legais municipalizam o que já é previsto na legislação federal de assistência social (como a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), integrando-os ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e reforçando o compromisso do poder público local com a proteção social básica e a garantia de direitos às pessoas em situação de vulnerabilidade.

2.1.4- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, ofertado de forma continuada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Tem como objetivo fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários e ampliar o acesso a direitos, por meio de ações de acompanhamento familiar, orientações e encaminhamentos à rede socioassistencial.





PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - Números de 2025	
Número total anual de famílias acompanhadas	626
Número de atendimentos	24.009
Número de visitas domiciliares realizadas	771
Reuniões de acolhida (participantes)	1.357

Fonte: Relatório de gestão - Secretaria Municipal de Assistência Social (2025).

2.1.5 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

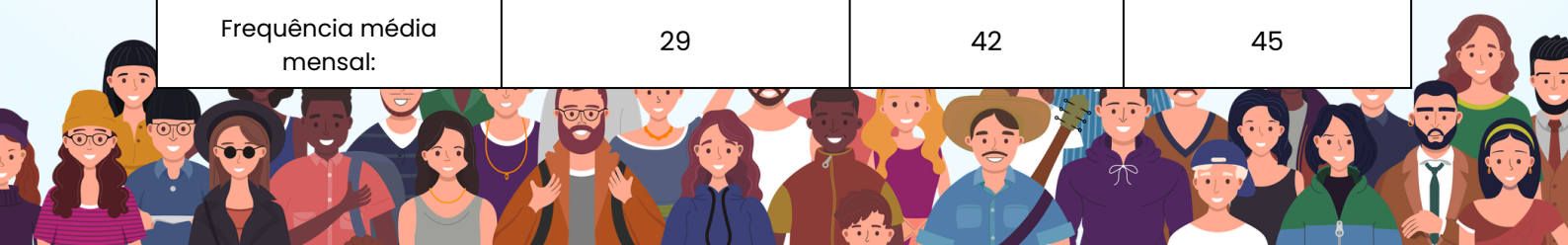
O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos integra a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Destina-se à oferta de atividades em grupo, organizadas por ciclos de vida, com o objetivo de complementar o trabalho social com famílias, prevenir situações de risco social, fortalecer vínculos familiares e comunitários e promover a convivência e a participação social dos usuários.

2.1.5.1 - (SCFV) Para Adolescentes, jovens e adultos

Nesse sentido, a tabela a seguir apresenta os dados do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no município de Rolândia.

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos			
CRAS	PROFESSOR ARNALDO GARCIA (parceria com a USNA)	LUIZ PICININ (parceria com o Esporte)	REGINA MAURA DE OLIVEIRA (in loco)
Turmas	-	1	6
Até 12 anos	-	0	3
até 15 anos	-	0	2
Turma jovem/adulto	-	1 (idosos)	1
Número total de usuários atendidos no ano:	-	458	80
Frequência média mensal:	29	42	45



SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Principais atividades desenvolvidas:	Encaminhamento	Alongamento/ Zumba	Outras ações desenvolvidas incluíram: bate-papo alusivo ao Maio Laranja com responsáveis, realizado pelo CREAS I; Festa Junina para alunos e famílias, com 59 participantes; e participação de alunos e/ou responsáveis nas pré-conferências do CRAS.
Parcerias realizadas (instituições, projetos, equipamentos)	Unidade Social Nossa Senhora Aparecida (USNSA)	Secretaria Municipal de Esporte	Participação em ações e eventos institucionais, incluindo a Semana do Autismo, inaugurações do CRAM e do Centro de Neurodesenvolvimento Infantil, apresentações culturais, eventos escolares, Semana da Pátria e atividades alusivas ao Setembro Amarelo.

Fonte: Relatório de gestão – Secretaria Municipal de Assistência Social (2025).

Sobre os dados referentes ao ano de 2025 no município de Rolândia, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para Pessoa Idosa integra a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tem por finalidade promover a convivência social, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a prevenção de situações de isolamento e vulnerabilidade social, por meio de atividades coletivas adequadas às especificidades do envelhecimento.

2.1.5.2 – (SCFV) Para a Pessoa Idosa

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para pessoas idosas integra a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tem como objetivo promover a convivência comunitária, o fortalecimento de vínculos familiares e sociais, bem como prevenir situações de isolamento, negligência e outras formas de violação de direitos.

As atividades desenvolvidas buscam estimular a participação social, a valorização da trajetória de vida e o protagonismo das pessoas idosas, por meio de encontros coletivos, oficinas socioeducativas, atividades culturais, recreativas e de promoção da saúde e do bem-estar.



SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Pessoa Idosa

Total de idosos cadastrados	307 idosos
Novos idosos em 2025	74 idosos ingressantes
Frequência média	2 a 3 vezes por semana por idoso
Início das atividades	10/02/2025 (recadastramento anual)
Funcionamento	Matutino: seg. e qui. (9h–11h) • Vespertino: seg. a sex. (13h–17h)
Atividades fixas recorrentes	Espiritualidade • Rodas de conversa/grupos • Bailes • Alongamento • Bingo • Ensaios do coral
Atividades complementares	Artesanato • Alfabetização • Cursos • Passeios • Palestras • Ações intersetoriais
Cursos ofertados em 2025	Tecnologia: celular e redes sociais • Automaquiagem
Visitas domiciliares	Variável por mês (0 a 15), com maior volume no 2º semestre
Leite de soja	Distribuição mensal (exceto nov. e dez.) – até 67 idosos/mês
Ações externas frequentes	Casa de Repouso Manaain • Hospital do Câncer • Conferências • Eventos culturais
Eventos de destaque	Carnaval • Dia da Mulher • Dia das Mães • Festas Junina e Julina • Dia da Pessoa Idosa • Cantata de Natal
Parcerias institucionais	Saúde • Esportes • Cultura • Meio Ambiente • CREAS • CAPS • CMDPI • CMAS

Faixa Etária	Quantidade de Idosos
60 a 69 anos	87
70 a 79 anos	134
80 a 89 anos	74
90 a 97 anos	12
Total	307

Fonte: Relatório de gestão – Secretaria Municipal de Assistência Social (2025).



2.1.6- Parcerias Intersetoriais – Programa Acalenta Rolândia

O projeto institui o Programa Acalenta Rolândia, voltado ao acompanhamento de gestantes atendidas pela rede pública de saúde do município, por meio da formação de grupos educativos permanentes. A iniciativa será desenvolvida em parceria entre as Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social, com encontros que promovem orientações, palestras e atividades práticas sobre gestação, parto, cuidados com o recém-nascido e direitos das gestantes.

O programa tem como objetivo fortalecer o vínculo entre as gestantes e as equipes da Estratégia Saúde da Família, ampliar o acesso à informação e incentivar a adesão ao pré-natal. Além disso, busca promover ações de educação em saúde durante o período gestacional e puerperal, contribuindo para a prevenção de agravos e para a melhoria dos indicadores de saúde materna e infantil no município.

Como incentivo à participação, as gestantes que cumprirem os critérios do programa – como realização de consultas de pré-natal, exames e participação mínima nos encontros – receberão gratuitamente um kit de enxoval para o bebê, podendo haver complemento para famílias em situação de maior vulnerabilidade social. A proposta também visa fortalecer o cuidado integral à gestante e ao recém-nascido, promovendo apoio, troca de experiências e maior segurança para as famílias durante a gestação e após o nascimento da criança.

Números gerais do Projeto em 2025	Quantidade
Kits maternidade entregues	71
Gestantes inseridas - incluindo as que ainda estavam nas turmas ativas (2025)	112
Total de gestantes que já passaram pelo projeto (2023-2025)	255
Total de kits entregues (2023-2025)	117



Além da política de Assistência Social e Saúde, a Política de Previdência Social também faz parte do projeto no que diz respeito à composição das oficinas ofertadas.

Entre os anos de 2023 e 2025, gestantes participantes do grupo foram orientadas e encaminhadas ao Serviço Social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio de uma articulação entre a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Serviço Social da Previdência. A ação teve como objetivo promover o acesso à informação sobre direitos previdenciários e benefícios sociais relacionados à maternidade.

Indicador	Desempregadas c/ qualidade	Desempregadas s/ qualidade	Empregadas	MEI	Segurada Especial	Beneficiária BPC
Total	32	10	28	3	1	1
Orientação (Sim)	30	8	16	3	1	0
Orientação (Não)	2	2	12	0	0	1
Salário-Maternidade (Sim)	26	4	Pago pelo empregador	3	0	0
Não recebeu benefício	1	6	—	0	1	1
Aguardando análise	4	—	—	—	—	—
Intermediação (Sim)	3	0	—	3	0	—
Intermediação (Não)	27	4	—	3	0	—
Não protocolou	—	6	—	—	1	—
Observações	1 não quis / 1 não compareceu	4 readquiriram / 6 sem possibilidade	Responsabilidade da empresa	—	Não exercia atividade rural	Não acumulável



Em continuidade às ações já desenvolvidas pelo Serviço Social da APS Rolândia-PR, foi elaborado ainda um projeto específico voltado à socialização de informações previdenciárias junto às gestantes do território. A proposta organiza e sistematiza as orientações, ampliando o acesso à informação e contribuindo para que as usuárias compreendam melhor seus direitos e os meios de acessá-los, com menor dependência de intermediários.

A articulação intersetorial proposta demonstra-se fundamental para ampliar o alcance das ações, integrando políticas públicas essenciais e potencializando resultados concretos na vida das gestantes atendidas. Essa integração possibilita não apenas o acesso ao salário-maternidade, mas também o encaminhamento adequado para outras demandas sociais identificadas, promovendo proteção social mais ampla e efetiva.

Além disso, o projeto contribui diretamente para a redução de vulnerabilidades sociais, ao garantir que mulheres em período gestacional estejam amparadas por seus direitos previdenciários em um momento sensível de suas vidas. Trata-se de uma estratégia que alia informação, acolhimento e encaminhamento qualificado, impactando positivamente tanto a mãe quanto o desenvolvimento inicial da criança.



REDE SOCIOASSISTENCIAL (NÃO GOVERNAMENTAL)



2.2 - Rede Socioassistencial (Não Governamental)

A Rede Socioassistencial Não Governamental é composta por organizações da sociedade civil que desenvolvem serviços, programas, projetos e ações voltadas à proteção social, em articulação com a política pública de assistência social. Essas entidades atuam de forma complementar às ações do poder público, contribuindo para a ampliação do atendimento à população em situação de vulnerabilidade e risco social.

No âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as organizações da sociedade civil desempenham papel relevante na oferta de serviços socioassistenciais, especialmente em atividades voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, acolhimento institucional, apoio socioeducativo e promoção da inclusão social. Sua atuação ocorre por meio de parcerias, termos de colaboração ou fomento firmados com o poder público, observando as normativas e diretrizes estabelecidas pela política de assistência social.

A presença dessas instituições nos territórios contribui para o fortalecimento da rede de proteção social, ampliando as possibilidades de atendimento, prevenção de situações de vulnerabilidade e promoção do acesso a direitos, por meio de ações articuladas com os equipamentos públicos e demais políticas setoriais.

Instituições referenciados pelo CRAS Arnaldo Garcia		
Nome	Endereço	Atendimento
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Rua Santa Catarina, 459 – Centro	Pessoas com deficiências intelectuais e múltiplas deficiências
Unidade Social Nossa Senhora Aparecida	Rua Reinaldo Massi, 740 – Vila Oliveira	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculo para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos
Lar dos Idosos Cairbar Schutel	Rua Platina, 04 – Jardim Novo Horizonte	Instituição de longa permanência para idosos (ILPI)
Casa de Repouso Maanaim	Rua Europa, 1144 / 1115 – Europa	Instituição de longa permanência para idosos (ILPI)
Organização Missão Restaurar – Casa de Missão Filhos da Luz	Rua Antônio Canônico, 379 – Centro	Família em vulnerabilidade social e serviço de proteção básica
PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL CEEL – Cultura, Educação, Esporte e Lazer (Feminino)	Rua Urânio, 276 – Jardim Novo Horizonte	Prestadores de serviço à pessoa em situação de rua (PSR)



CIEE – Centro de Integração Empresa Escola	Avenida Tiradentes, nº 569 – sobreloja	Estágio e Jovem/Menor Aprendiz
Lar Infantil André Luiz	Rua Platina, 04 – Vila Oliveira	Educação infantil (crianças de 01 a 05 anos)
CEI Casa da Criança	Rua Saraguagi, 335 – Vila Oliveira	Educação infantil (crianças de 03 a 05 anos)
Lar Infantil João Leão Pitta	Rua Rubi, 56 – Vila Oliveira	Educação infantil (crianças de 0 a 5 anos)
Grupo Escoteiros Guarani	Rua Mal. Floriano Peixoto, 336 – Centro	Atividades socioeducativas para crianças e adolescentes (06 a 17 anos)
Instituto Lar Samuel	Av. das Palmeiras, 311 – Novo Horizonte	Atendimento socioeducativo para crianças e adolescentes (06 a 17 anos)
SEMEAR – Sociedade Filantrópica Semear de Medianeira	Av. Tiradentes, 270 – Centro	Atendimento socioeducativo e formação para adolescentes (13 a 17 anos)
Projeto Formando Cidadão	Rua das Hortências, 100 – Jardim Novo Horizonte	Formação cidadã e atividades socioeducativas para adolescentes (13 a 17 anos)
GERAR – Geração de Emprego e Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional	Rua Dom Pedro II, 400 – Horácio Cabral (FACCAR)	Socioaprendizagem e qualificação profissional para adolescentes (13 a 17 anos)
Missão Evangélica Vida	Estrada Monte Cristo – Ribeirão Vermelho	Acolhimento institucional para pessoas em situação de rua do gênero masculino; abordagem social de indivíduos em situação de rua em horários alternativos aos do serviço público
Comunidade Terapêutica CERVIN – Centro de Recuperação Vida Nova	Não informado	Recuperação e ressocialização de dependentes químicos
Projeto de Inclusão Social CEEL – Cultura, Educação, Esporte e Lazer (Masculino)	Rua Floresta, 107 – Vila Oliveira	Prestação de serviços à pessoa em situação de rua (PSR)



MAE – Movimento Assistencial Espírita	Rua Deputado Waldomiro Pedroso, 93. Centro	Atendimento a famílias vulneráveis economicamente, com doação de cesta básica e enxoval de bebê.
Grupo Arco Íris	Igreja Maçônica	Visitação a lares de idosos e lares de crianças, doação de roupas e alimentos, arrecadação de lacres e tampinhas, tarde de brincadeiras em escolas municipais, doação de ração para animais
Pastoral do Migrante- Igreja Matriz	Rua Santa Catarina, 1268 – Centro	Atua na garantia e defesa dos direitos humanos de pessoas e grupos migrantes que se encontram em situação de risco, escola de Português
Sociedade de São Vicente de Paulo	Avenida Castro Alves, 825 – Centro	Doações de alimentos, a Conferência recebe roupas, cobertores, materiais escolares, cadeiras de rodas, móveis, principalmente camas e colchões, e artigos diversos e de necessidade
S.E.E.D.I. – Sistema Esportivo e Educacional de Desenvolvimento Infante Juvenil	Avenida Brasília, 805. parque Industrial Cafezal	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Instituições referenciados pelo CRAS Regina Maura

Nome	Endereço	Atendimento
SOAME – Sociedade Ambiental, Cultural e Educacional	Rua Lúcio Pinto, 420 – Padre Ângelo	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos
Casa da Sopa em Nome de Jesus (Sociedade Espírita Maria de Nazaré – CEMANA)	Av. Francisco Serpeloni, 100 – San Fernando	Distribuição de marmitas e cestas básicas; apoio espiritual e moral e cursos/palestras; distribuição de roupas, calçados, acessórios, doação de brinquedos, jogos, material escolar, cobertores, móveis.
Grupo de Capoeira Maculelê e Associação de Moradores do San Fernando	R. Eduardo Grezlak, 750 – San Fernando (quadra do Colégio Chiarelli)	Atividades de capoeira para crianças e adolescentes

Instituições referenciados pelo CRAS Luiz Picinin

Nome	Endereço	Atendimento
MEVAM – Missões Evangelísticas Vinde Amados Meus	Av. Aylton Rodrigues Alves, 645 – Vila Odorio	Apoio a pessoas em situação de rua



CADASTRO ÚNICO E BENEFÍCIOS



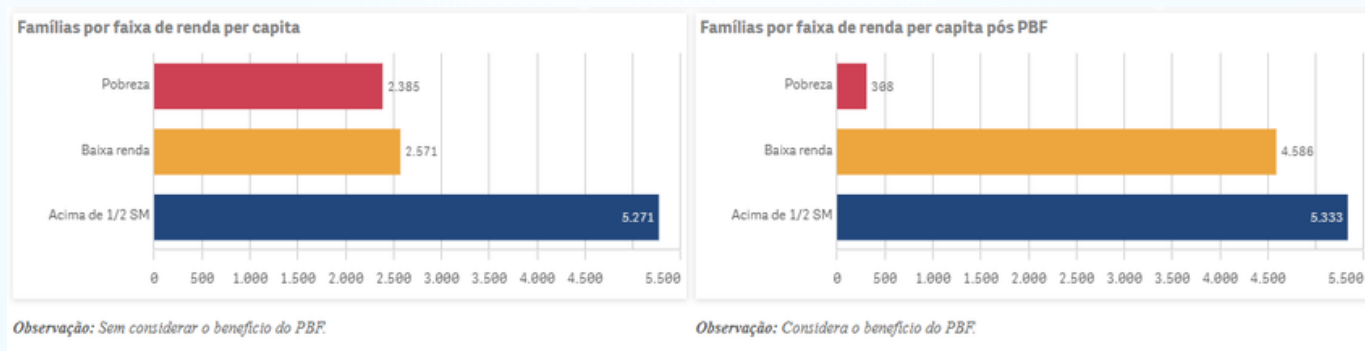
2.3 - Cadastro Único e Benefícios

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é o principal instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda no país, reunindo informações que subsidiam a formulação, a gestão e o monitoramento das políticas públicas.

No âmbito da Assistência Social, o Cadastro Único constitui base de dados fundamental para o acesso a programas, serviços e benefícios, permitindo o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade e a organização das ações de proteção social de forma territorializada.



Fonte: MDS/SAGI – Relatório de Indicadores – Cidadania (2025).



Fonte: paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html, em março de 2026



No que se refere ao Cadastro Único no âmbito municipal, observa-se um contingente expressivo de famílias e pessoas cadastradas, abrangendo desde aquelas em situação de pobreza e baixa renda até famílias com renda per capita superior a meio salário mínimo, o que evidencia a heterogeneidade das condições socioeconômicas da população atendida pela Política de Assistência Social.

Os dados também apontam para a presença de grupos populacionais tradicionais e específicos, como pessoas em situação de rua, coletores de material reciclável, agricultores familiares, povos ciganos, entre outros, reforçando a necessidade de estratégias de atendimento diferenciadas e sensíveis às especificidades desses públicos.

Grupos Familiares	Famílias Cadastradas Dezembro/2025
Indígenas	2
Ciganos	3
Quilombolas	0
Ribeirinhos	1
Extrativistas	0
Pescadores artesanais	3
Agricultores familiares	22
Assentados da Reforma Agrária	2
Acampados	1
Pessoas em situação de rua	232
Atingidos por empreendimentos de infraestrutura	0
Coletores de material reciclável	134
Beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário	0
Famílias de presos do sistema carcerário	10
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro	0
Total*	379

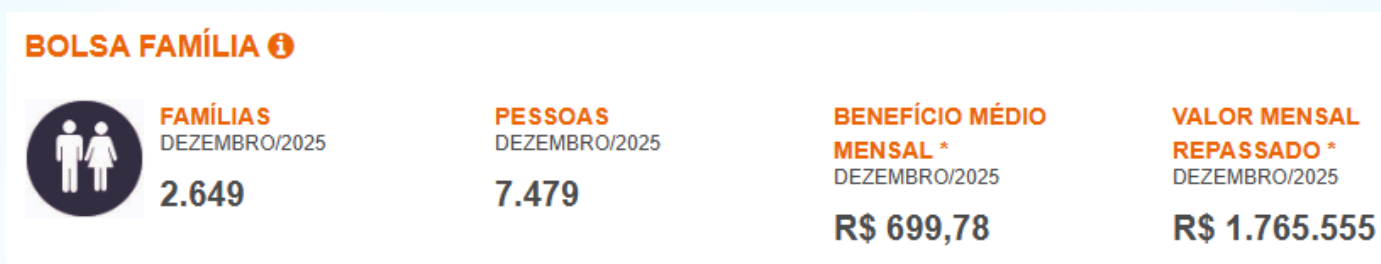
Fonte: MDS/SAGI – Relatório de Indicadores – Cidadania (2025).



2.3.1- Programa Bolsa Família

No âmbito da garantia de renda, destaca-se a relevância do Programa Bolsa Família no município, tanto pelo número de famílias e pessoas beneficiadas quanto pelo volume de recursos financeiros transferidos mensalmente.

As informações obtidas demonstram a abrangência do Programa Bolsa Família no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social no município, evidenciando sua relevância como instrumento de proteção social e garantia de renda.



Fonte: MDS/SAGI – Relatório de Indicadores – Cidadania (2025).

Observa-se que o programa contempla diferentes composições familiares e ciclos de vida, por meio da oferta de benefícios básicos e variáveis destinados a crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, contribuindo para o fortalecimento das condições de desenvolvimento e proteção familiar.



Fonte: MDS/SAGI – Relatório de Indicadores – Cidadania (2025).

A análise da relação entre as famílias inscritas no Cadastro Único e aquelas beneficiárias do Programa Bolsa Família deve considerar que o cadastro contempla um público amplo, não necessariamente elegível à transferência de renda.



Observa-se que o quantitativo de famílias beneficiárias apresenta proximidade em relação ao número de famílias classificadas em situação de pobreza e baixa renda, o que indica direcionamento do programa ao público prioritário. Entretanto, a dinâmica socioeconômica das famílias cadastradas exige monitoramento permanente, considerando que alterações nas condições de renda podem ampliar a demanda pelo benefício.

Nesse sentido, torna-se fundamental o fortalecimento das estratégias de atualização cadastral, busca ativa e acompanhamento familiar, visando identificar precocemente situações de vulnerabilidade e garantir o acesso oportuno às políticas de proteção social. A análise contínua desses indicadores contribui para o aprimoramento do planejamento socioassistencial e para a qualificação da cobertura do programa no território.

Além disso, destaca-se o impacto dos repasses financeiros na economia local e no enfrentamento da insegurança alimentar, reafirmando o papel do programa na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades..

2.2.2- Benefício de Prestação Continuada (BPC)

De forma complementar, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinados a pessoas idosas com 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência de qualquer idade, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, representam parcela significativa da proteção social.

BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA ⓘ

BPC TOTAL DE BENEFICIÁRIOS PELA FONTE PAGADORA DEZEMBRO/2025
1.581

BPC TOTAL DE BENEFICIÁRIOS DO BPC INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO DEZEMBRO/2025
1.591

100% PERCENTUAL DE BENEFICIÁRIOS DO BPC INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO * DEZEMBRO/2025

	Beneficiários	Repassado em Dezembro/2025	Repassado em 2025	Repassado em 2024
Pessoas com Deficiência	835	R\$ 1.272.137,55	R\$ 15.499.658,25	R\$ 13.568.460,92
Idosos	746	R\$ 1.135.472,80	R\$ 14.036.398,60	R\$ 13.298.419,48
Total	1.581	R\$ 2.407.610,35	R\$ 29.536.056,85	R\$ 26.866.880,40

Esse benefício garante uma renda mínima às pessoas que não dispõem de meios para prover sua própria subsistência, nem de tê-la assegurada por sua família. Dessa forma, contribui para o fortalecimento da autonomia dos beneficiários e para a ampliação do acesso a direitos, serviços e políticas públicas essenciais no território.



PROGRAMAS ESTADUAIS



2.4- PROGRAMAS ESTADUAIS

No âmbito da política estadual de assistência social e segurança alimentar, o Estado do Paraná executa programas voltados à garantia de renda, ao acesso a alimentos e ao fortalecimento da agricultura familiar, os quais se articulam com as ações desenvolvidas no município.

Esses programas complementam as iniciativas federais e municipais, ampliando a proteção social às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como promovendo o desenvolvimento local sustentável.

2.4.1 - Cartão Comida Boa

O Cartão Comida Boa é um programa estadual de transferência de renda do Governo do Paraná, destinado a promover a segurança alimentar de famílias em situação de vulnerabilidade social por meio da concessão de crédito mensal para a aquisição de alimentos em estabelecimentos credenciados.

Em Rolândia, o apoio para a execução do programa ocorre por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela organização, acompanhamento e entrega dos cartões aos beneficiários nos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As famílias contempladas com o Cartão são as que estão inseridas no Cadastro Único, habilitadas (quer dizer que estão na fila da concessão) para o recebimento do Programa Bolsa Família.

Ao longo dos anos, o programa foi implementado em diferentes ciclos, incluindo períodos de caráter emergencial e etapas de concessão regular do benefício, contribuindo para o enfrentamento da insegurança alimentar, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Esses elementos evidenciam a relevância do Cartão Comida Boa como estratégia complementar às demais políticas de assistência social e segurança alimentar, fortalecendo a proteção social das famílias e ampliando o acesso ao direito humano à alimentação adequada.



CARTÃO COMIDA BOA - NÚMEROS GERAIS 2020-2025

Ano	Quantidade de cartões	Valor do benefício	Observação	Fonte
2020	4.867	R\$ 50,00	Concessão emergencial durante a pandemia da COVID-19	https://www.rolandia.pr.gov.br/noticias_individual/14250?utm_source=chatgpt.com&utm_medium=referencia
2021	446	R\$ 80,00	Benefício mensal para aquisição de alimentos	https://www.rolandia.pr.gov.br/noticias_individual/14250?utm_source=chatgpt.com&utm_medium=referencia
2022	456	R\$ 80,00	Benefício mensal para aquisição de alimentos	https://www.rolandia.pr.gov.br/noticias_individual/16020?utm_source=chatgpt.com https://www.rolandia.pr.gov.br/noticias_individual/16020
2023	626	R\$ 80,00	Benefício mensal para aquisição de alimentos	DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL - ROLÂNDIA 2023
2024	654	R\$ 80,00	Benefício mensal para aquisição de alimentos	DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL - ROLÂNDIA 2024
2025	365	R\$ 80,00	Valor vigente do benefício estadual	DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL - ROLÂNDIA 2025



2.4.2 - Compra Direta

O Programa Compra Direta Paraná é uma iniciativa do Governo do Estado, executada por meio de chamada pública, que tem como objetivo a aquisição direta de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar paranaense, dispensando o processo licitatório tradicional, conforme a legislação vigente.

A proposta do programa articula duas dimensões fundamentais das políticas públicas: o fortalecimento da agricultura familiar, e a promoção da segurança alimentar e nutricional da população em situação de vulnerabilidade social. O Compra Direta é entregue às famílias que recebem cesta básica, como complemento para essa cesta.

COMPRA DIRETA				
CRAS	CRAS ARNALDO GARCIA	CRAS LUIZ PICININ	CRAS REGINA MAURA	TOTAL
2025	432	587	793	1812

Por meio do programa, o Estado garante mercado institucional aos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas, contribuindo para a geração de renda, a valorização da produção local e a fixação das famílias no campo.

Os preços praticados são definidos com base em valores de referência estabelecidos pelo Departamento de Economia Rural (DERAL), assegurando remuneração justa aos produtores e estabilidade no fornecimento. O programa também prevê prioridade e incentivo financeiro para produtos orgânicos e agroecológicos, estimulando práticas sustentáveis e a oferta de alimentos mais saudáveis.

Os alimentos adquiridos pelo Compra Direta Paraná são destinados a equipamentos públicos e entidades da rede socioassistencial e de segurança alimentar, como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), cozinhas comunitárias, restaurantes populares, hospitais filantrópicos, instituições de acolhimento, entre outros serviços que atendem famílias e indivíduos em situação de insegurança alimentar.



Dessa forma, o programa contribui para o acesso regular a alimentos variados, frescos e nutritivos, fortalecendo ações de proteção social e de garantia do direito humano à alimentação adequada.

Além de seus impactos econômicos e sociais, o Compra Direta Paraná promove a integração intersetorial entre as políticas de agricultura, assistência social e desenvolvimento rural, consolidando-se como uma estratégia relevante de enfrentamento das desigualdades sociais e regionais.

Ao aproximar produtores rurais e políticas públicas de abastecimento alimentar, o programa reforça o compromisso do Estado com o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população paranaense.


2.4.3 - Leite das Crianças

O Programa Leite das Crianças, desenvolvido pelo Governo do Estado do Paraná, constitui importante estratégia de segurança alimentar e nutricional voltada à primeira infância. A iniciativa assegura a distribuição gratuita de leite enriquecido a crianças de 6 a 36 meses de idade, contribuindo para a prevenção da desnutrição e para o adequado desenvolvimento infantil.

No contexto municipal, observa-se que a demanda pelo programa está diretamente relacionada às condições socioeconômicas das famílias acompanhadas pela rede socioassistencial, especialmente aquelas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais. A vulnerabilidade decorrente de baixa renda, insegurança alimentar e fragilidades no acesso a políticas públicas reforça a relevância da manutenção e do fortalecimento do programa no território.

O programa também desempenha papel complementar às ações da Política de Assistência Social e da Política de Saúde, ao promover articulação intersetorial e contribuir para a garantia de direitos na primeira infância. Nesse sentido, sua execução no município representa instrumento fundamental de proteção social básica, com impactos positivos tanto na redução de riscos nutricionais quanto no fortalecimento do acompanhamento familiar.





**PROGRAMA
LEITE DAS
CRIANÇAS**

LEITE DAS CRIANÇAS - INCLUSÃO POR CRAS				
CRAS	CRAS ARNALDO GARCIA	CRAS LUIZ PICININ	CRAS REGINA MAURA	TOTAL
2021	211	185	165	561
2022	232	205	200	637
2023	247	159	159	565
2024	166	125	188	479
2025	167	123	126	416

Fonte: Dados do Drive Proteção Básica (2021-2025)

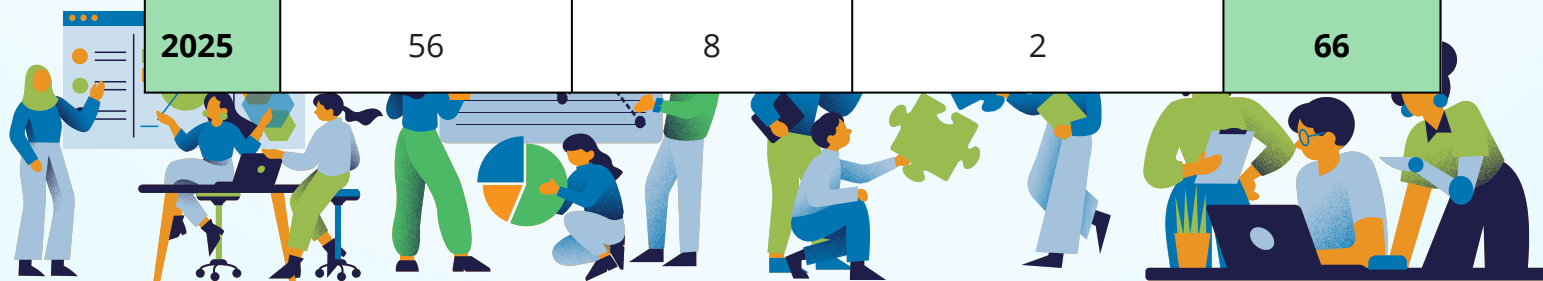
2.4.4- Passe Livre Intermunicipal

O Passe Livre Intermunicipal constitui benefício que assegura a gratuidade no transporte coletivo intermunicipal às pessoas que passam por tratamento de saúde fora do município de origem, e que atendam aos critérios legais estabelecidos, sendo pessoas com deficiência ou doença crônica prevista na legislação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, podendo contemplar acompanhante quando houver comprovação de necessidade.

A Política Municipal de Assistência Social atua de forma complementar, prestando orientação, apoio na organização documental e realizando a requisição do documento via sistema próprio quando solicitado.

ATENDIMENTO DE PASSE LIVRE (INTERMUNICIPAL/INTERESTADUAL)				
CRAS	CRAS ARNALDO GARCIA	CRAS LUIZ PICININ	CRAS REGINA MAURA	TOTAL
2021	48	14	37	99
2022	61	49	51	161
2023	63	51	49	163
2024	40	40	21	101
2025	56	8	2	66

Fonte: Dados do Drive Proteção Básica (2021-2025)





MIGRANTES



2.5 - MIGRANTES

A presença de migrantes internacionais no município de Rolândia tem se intensificado nos últimos anos, configurando uma nova dinâmica social e demandando atenção do poder público local. Embora historicamente não houvesse uma política pública específica voltada a essa população, o fenômeno migratório tem se manifestado de forma concreta nos territórios. Dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), que utilizou informações do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), com foco no fluxo de migrantes internacionais no estado do Paraná até 2024, já indicavam um crescimento expressivo no número de registros no município, passando de 67 registros, em 2018, para aproximadamente 460, em 2024, evidenciando uma tendência contínua de aumento e a consolidação de Rolândia como território de acolhida e opção de interiorização.

TABELA 7 – TOTAL E PARTICIPAÇÃO DE MIGRANTES NO PARANÁ, SEGUNDOS OS MUNICÍPIOS COM MAIS REGISTROS, NOS ANOS DE 2024 E 2018

MUNICÍPIO	REGISTRO DE MIGRANTE – PARANÁ			
	2018		2024	
	Nº	%	Nº	%
Curitiba	2.335	30,4	6.991	28,2
Cascavel	631	8,2	2.753	11,1
Foz do Iguaçu	830	10,8	2.477	10,0
São José dos Pinhais	99	1,3	1.253	5,1
Maringá	378	4,9	726	2,9
Londrina	96	1,2	686	2,8
Colombo	80	1,0	635	2,6
Pinhais	178	2,3	518	2,1
Guaíra	25	0,3	488	2,0
Araucária	0	0,0	481	1,9
Rolândia	67	0,9	460	1,9
Toledo	239	3,1	442	1,8
Pato Branco	138	1,8	434	1,8
Fazenda Rio Grande	0	0,0	385	1,6
Subtotal	5.096	66,3	18.729	75,6
Não especificado	1.576	20,5	1.811	7,3
TOTAL	7.682	100,0	24.769	100,0

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. Migrantes e refugiados no Paraná: Período 2018–2024. Curitiba: IPARDES, 2025. Dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA).



No contexto estadual, o Paraná tem se destacado como um dos principais destinos de migrantes no Brasil nos últimos anos. De acordo com o portal Bem Paraná (2025), entre janeiro de 2023 e março de 2025, o Paraná recebeu cerca de 48.281 migrantes internacionais de 137 nacionalidades distintas, incluindo venezuelanos, paraguaios, haitianos, argentinos e colombianos, tanto como residentes quanto temporários no estado.

Número de migrantes internacionais que entraram no Paraná – por ano	
2025 (Dados de 2025 até março)	3.407
2024	22.997
2023	21.877
2022	15.243
2021	11.579
2020	7.443
2019	13.693
2018	9.595
2017	7.157
2016	7.751
2015	8.116

Continente de origem das migrações para o Paraná (desde 2023)	
América do Sul	41.66
América Central	3.117
América do Norte	436
África	848
Ásia	1.111
Europa	1.062
Oceania	25

Fonte: BEM PARANÁ (2025), com dados do OBMigra/SISMIGRA – Polícia Federal.



2.5.1 – Migrantes Internacionais Registrados no Município e Suas Nacionalidades

Esses números refletem um movimento constante de pessoas que escolhem o Paraná para recomeçar suas vidas, seja por oportunidades de trabalho, estudo ou reunião familiar. Em 2025, nos primeiros meses do ano, mais de 3.400 migrantes internacionais se estabeleceram oficialmente no estado, demonstrando a continuidade dessa tendência migratória.

Em 2024, os registros municipais já indicavam a presença de um número significativo de migrantes internacionais e nacionais em Rolândia, abrangendo tanto pessoas nascidas em outros países quanto aquelas provenientes de outros estados brasileiros. Entre os migrantes internacionais, destacavam-se venezuelanos e haitianos, enquanto entre os nacionais havia maior concentração de pessoas oriundas das regiões Norte e Nordeste. Na área da educação, também se observava a participação de migrantes internacionais e nacionais nas unidades escolares do município, demonstrando a importância de políticas de integração e acompanhamento intersetorial, bem como a presença desse público nos atendimentos da Política de Saúde.

Nacionalidade	2024	2025	Nacionalidade	2024	2025	Nacionalidade	2024	2025	Nacionalidade	2024	2025
Albânia	-	1	Chile	1	2	Guiné	3	4	Paquistão	3	8
Alemanha	5	5	Colômbia	10	19	Haiti	531	599	Paraguai	18	19
Angola	1	3	Costa Rica	-	1	Itália	7	7	Peru	4	5
Argentina	7	-	Cuba	35	93	Japão	14	18	Polônia	1	1
Bangladesh	45	50	Equador	-	1	Líbano	1	1	Portugal	12	13
Barbados	-	26	Espanha	1	1	Mali	3	3	Tunísia	1	1
Bolívia	4	3	Filipinas	1	1	Marrocos	4	14	Uruguai	2	2
Cabo Verde	2	2	Gâmbia	1	1	Montenegro	1	1	Venezuela	993	1.621
									Vietnã	-	1

TOTAL: 2.527

TOTAL NACIONALIDADES 2024: 28

TOTAL NACIONALIDADES 2025: 32

Fonte: Cadastro único (2024) e Relatórios IDS - Relatório de pessoas (2025)

Em análise comparativa, observa-se que, de 2024 para 2025, houve ampliação tanto no número de migrantes internacionais quanto na diversidade de nacionalidades registradas. O total de migrantes passou de 1.711 em 2024 para 2.527 em 2025, representando crescimento expressivo no período.

Paralelamente, a quantidade de nacionalidades aumentou de 28 para 32, indicando maior diversidade do fluxo migratório. No consolidado de 2024–2025, registram-se 4.238 migrantes provenientes de 33 nacionalidades distintas, evidenciando a intensificação e diversificação da mobilidade internacional no município.

2.5.2- Migrantes Internacionais Atendidos por CRAS em 2025

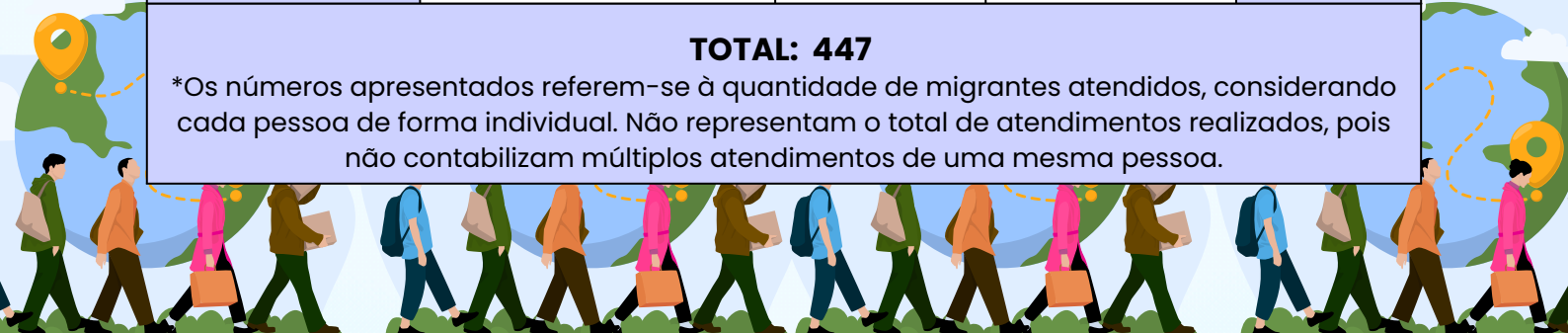
O perfil migratório observado em 2025 mantém a tendência nacional de predominância de migrantes venezuelanos e haitianos, grupos que buscam principalmente regularização documental, inserção no mercado de trabalho e acesso às políticas públicas socioassistenciais.

Nacionalidade	Prof. Arnaldo Garcia	Luiz Picinin	Regina Maura	Total
Angola	0	1	0	1
Bangladesh	0	0	4	4
Barbados	8	1	2	11
Colômbia	0	1	2	3
Cuba	3	11	13	27
Haiti	23	9	3	35
Japão	2	0	0	2
Marrocos	3	1	1	5
Paraguai	0	1	1	2
Paquistão	0	0	1	1
Peru	0	1	1	2
Venezuela	245	29	80	354

Fonte: Relatórios IDS – Atendimentos Estrangeiros

TOTAL: 447

*Os números apresentados referem-se à quantidade de migrantes atendidos, considerando cada pessoa de forma individual. Não representam o total de atendimentos realizados, pois não contabilizam múltiplos atendimentos de uma mesma pessoa.



No âmbito do diagnóstico municipal, observa-se que Rolândia vem se consolidando como território de inserção de migrantes internacionais no mercado formal de trabalho, conforme evidenciam os registros de contratações com carteira assinada nos últimos anos.

Tal contexto revela não apenas a presença ativa dessa população na dinâmica econômica local, mas também sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do município, reforçando a importância de estratégias públicas voltadas à inclusão, permanência e autonomia dessa população.

Além disso, foram promovidos eventos como o “Indústria Acolhedora”, voltado à capacitação e integração de migrantes no setor industrial, e a oferta de aulas de português para migrantes e refugiados em parceria com a Cáritas Arquidiocesana, ampliando oportunidades de inclusão sociocultural e educacional no município.

2.5.3 - Migrantes Nacionais

Nos últimos anos, Rolândia tem registrado diversas iniciativas e ações voltadas à temática migratória que refletem o reconhecimento da presença de migrantes internacionais e nacionais no município. Em 2025, a inclusão de imigrantes foi pauta na *7ª Conferência Municipal da Cidade*, com debates sobre sua integração social e urbana.

Dessa forma, ao proceder à análise do perfil migratório municipal, e em continuidade à apresentação dos dados relativos aos migrantes internacionais, verifica-se que os migrantes nacionais residentes em Rolândia totalizam 11.928 pessoas oriundas de diferentes estados, evidenciando significativa mobilidade interna em direção ao município.

Tal cenário reforça a consolidação do território como polo de atração populacional no contexto regional, demandando planejamento e articulação intersetorial das políticas públicas para adequada atenção a essa população.





Destaca-se maior concentração de pessoas provenientes de São Paulo (6.312), Alagoas (1.524) e Minas Gerais (1.514), além de contingentes significativos da Bahia (1.080) e de Pernambuco (451).

Esse cenário demonstra que Rolândia vem se consolidando não apenas como território de acolhimento de migrantes internacionais, mas também como polo de atração de fluxos migratórios internos, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país. Tal dinâmica pode estar associada a oportunidades de inserção no mercado de trabalho, redes familiares já estabelecidas e melhores perspectivas socioeconômicas.

TOTAL: 13.329

TOTAL ESTADOS 2025: 25 estados e DF

Fonte: Cadastro Único e Relatórios IDS - Relatório de pessoas (2025)

** Os números correspondem à pessoas nascidas fora do estado do Paraná e que residem no município

Estado	2025	Estado	2025
AC	18	PA	127
AL	1524	PB	114
AM	36	PE	451
AP	8	PI	42
BA	1080	RJ	188
CE	229	RN	59
DF	44	RO	80
ES	115	RR	20
GO	130	RS	142
MA	109	SC	378
MG	1514	SE	183
MS	219	SP	6312
MT	176	TO	31



2.5.4 – Parcerias e Iniciativas Municipais de Acolhimento e Inserção Social de Migrantes

2.5.4.1 – Cáritas Arquidiocesana de Londrina

No âmbito das ações municipais voltadas à população migrante, o ano de 2025 marcou o início da oferta de aulas de Língua Portuguesa no município, desenvolvidas em parceria com a Cáritas Arquidiocesana de Londrina, com o objetivo de promover a inclusão social, educacional e produtiva dos migrantes internacionais residentes em Rolândia.

A iniciativa representou um avanço significativo na estruturação de estratégias locais voltadas à superação das barreiras linguísticas, que frequentemente dificultam o acesso aos serviços públicos, à inserção no mercado de trabalho e ao exercício pleno da cidadania.

Aulas de Língua Portuguesa para Migrantes Internacionais - 2025	
Turma	Número de Alunos
Acolhida	35
A1	25
A2	10
Total	70

As aulas se organizam com foco na comunicação cotidiana e no vocabulário funcional, incluindo orientações básicas sobre direitos, deveres e funcionamento das políticas públicas brasileiras. Além do ensino da língua, os encontros proporcionaram espaço de acolhimento, fortalecimento de vínculos e troca cultural, contribuindo para o processo de integração social dos migrantes no território.

Ainda no município, a Cáritas, realiza atendimento aos migrantes internacionais a cada 15 dias no CRAS Arnaldo Garcia (Vila Oliveira), oferecendo orientação e encaminhamentos relacionados à regularização migratória e documentação.

Atendimento quinzenal - Principais nacionalidades atendidas (Total: 65 atendimentos)

Venezuelana • Haitiana • Cubana • Bengalesa • Marroquina

Fonte: Relatório quantitativo e qualitativo de atividades 2025 - Cáritas Regional Paraná

2.5.4.2- Grupo de Trabalho Voltado aos Migrantes, Refugiados e Apátridas

O Grupo de Trabalho sobre Migrantes, Refugiados e Apátridas foi criado em 2024 como instância intersetorial destinada à articulação e ao planejamento das ações voltadas à população migrante no município.

Com a participação integrada das Secretarias de Assistência Social, Saúde, Educação e Desenvolvimento Econômico, o grupo realiza o levantamento de dados, identifica demandas e define estratégias para qualificar o atendimento, considerando as especificidades culturais, linguísticas e socioeconômicas desse público.

A atuação do grupo fortalece a gestão intersetorial, aprimora os fluxos de encaminhamento e contribui para a prevenção de vulnerabilidades, garantindo a proteção de direitos e oferecendo respostas mais coordenadas e planejadas à população migrante. A disponibilização de materiais em diferentes idiomas reforça a prevenção, amplia o alcance das orientações e contribui para que mais mulheres tenham acesso seguro aos serviços de apoio disponíveis no município.

Nesse contexto, destaca-se ainda que a Diretoria de Políticas Públicas para Mulheres de Rolândia elaborou e disponibilizou materiais gráficos informativos intitulados “Lei Maria da Penha”, produzidos em quatro idiomas, com o objetivo de ampliar o acesso à informação e garantir que mulheres migrantes internacionais compreendam seus direitos no Brasil. A iniciativa assegura que todas as mulheres, independentemente de sua nacionalidade ou domínio da língua portuguesa, conheçam as formas de violência previstas na Lei Maria da Penha, os canais de denúncia e a rede municipal de apoio e proteção.

Como desdobramento do processo de articulação e planejamento técnico, o município de Rolândia instituiu o “Plano Municipal de Políticas para Migrantes, Refugiados e Apátridas”, elaborado de forma intersetorial e pactuado entre as Secretarias de Assistência Social, Saúde, Educação e Desenvolvimento Econômico. O Plano consolida as diretrizes, ações e eixos estruturantes definidos pelo Grupo de Trabalho, com o objetivo de fortalecer a integração das políticas públicas municipais, promover atendimento articulado, qualificado e humanizado e assegurar o acesso a direitos fundamentais, contribuindo para a inserção social e produtiva da população migrante no território.





PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE



2.6- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

A Proteção Social Especial, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), organiza-se em dois níveis de complexidade: Média Complexidade e Alta Complexidade, conforme estabelecido pela Política Nacional de Assistência Social e regulamentado pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais no SUAS. Esses níveis são definidos a partir da intensidade das situações de risco e da necessidade – ou não – de afastamento do convívio familiar e comunitário, estruturando a oferta de serviços especializados de acordo com a gravidade das violações de direitos identificadas.

2.6.1 – Proteção Social Especial de Média Complexidade

A proteção social especial de média complexidade destina-se ao atendimento de indivíduos e famílias que vivenciam situações de violação de direitos, mas que ainda apresentam vínculos familiares e comunitários preservados.

Essa modalidade atua quando os riscos e vulnerabilidades ultrapassam a esfera da proteção básica, exigindo acompanhamento técnico especializado e intervenções sistemáticas, porém sem a necessidade de afastamento do convívio familiar. Seu objetivo central é prevenir o agravamento das situações de violência, negligência, discriminação e outras formas de violação, promovendo a reconstrução de vínculos, o fortalecimento da autonomia e o acesso a direitos.

Os serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade são ofertados por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que desenvolve atendimentos individualizados, acompanhamento familiar, orientação jurídica e articulação com a rede intersetorial.

Nesse contexto, apresenta-se o detalhamento do funcionamento dos CREAS no município, contemplando sua estrutura de atendimento e as estratégias adotadas no acompanhamento das famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, bem como a análise das principais demandas identificadas no ano de 2025, com destaque para as ocorrências mais recorrentes e o perfil do público atendido.



2.6.1.1 - CREAS I - Cacilda Dermiro Papke (Crianças e Adolescentes)

Dentro do município, o CREAS I é a unidade responsável pela oferta de atendimento especializado a famílias e indivíduos (faixa etária de 0 a 17 anos) que vivenciam situações de violação de direitos, tais como violência física, psicológica e sexual, negligência, abandono, além do acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, como Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

A unidade desenvolve atendimento técnico individualizado e familiar, por meio de escuta qualificada, estudo social e diagnóstico da situação apresentada, elaboração de Plano Individual de Atendimento (PIA), acompanhamento sistemático dos casos, realização de visitas domiciliares, produção de relatórios técnicos e articulação com o Sistema de Garantia de Direitos e com a rede intersetorial, visando à proteção social, à interrupção das situações de violação de direitos e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. No ano de 2025, os números dos atendimentos foram os seguintes:

Famílias acompanhadas	152
Indivíduos acompanhados	184
Atendimentos realizados	1180
Visitas domiciliares	212
Encaminhamentos à rede	30
Ofícios enviados	45
Tráfico	18
Lesão Corporal	9
Contravenções Penais	5
Desacato e Desobediência	5
Estupro de Vulnerável	5
Furto	4
Análogo ao Homicídio	3
Ameaça / Receptação / Roubo / Difamação / Injúria	Não especificado



TIPOS DE VIOLAÇÃO REGISTRADOS	
Psicológica	67
Sexual	55
Física	39
Negligência	22
Discriminação racial	1
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	
Adolescentes inseridos	66
Liberdade Assistida (LA)	30
Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	52
Ambas as medidas	16

Os dados relativos aos tipos de violação registrados demonstram a predominância da violência psicológica, seguida da violência sexual e da violência física, evidenciando um cenário de significativa complexidade e gravidade nas situações atendidas.

A elevada incidência de violações emocionais e físicas evidencia a necessidade de acompanhamento técnico contínuo, fortalecimento das ações preventivas e qualificação da rede de proteção. Os casos de negligência reforçam a importância do trabalho com famílias, enquanto a discriminação racial, ainda que pouco registrada, demanda atenção quanto à identificação e notificação adequada.

No que se refere às medidas socioeducativas, foram inseridos 66 adolescentes, com predominância da Prestação de Serviços à Comunidade, seguida da Liberdade Assistida, havendo ainda 16 adolescentes em cumprimento concomitante de ambas as medidas.

Esse cenário demonstra a aplicação de medidas em meio aberto como estratégia prioritária, alinhada à perspectiva de responsabilização com caráter pedagógico, voltada à reinserção social e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

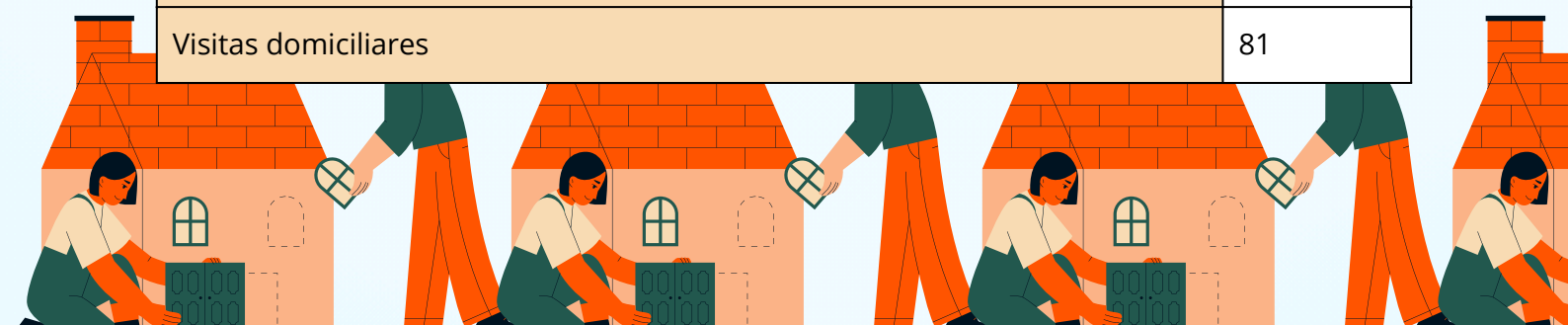


De forma geral, a análise dos dados evidencia a importância do monitoramento sistemático das ocorrências e do acompanhamento individualizado dos adolescentes e suas famílias, articulando ações intersetoriais nas áreas da assistência social, educação, saúde e sistema de justiça. Os indicadores reforçam a necessidade de planejamento contínuo, ampliação de estratégias preventivas e consolidação de políticas públicas que promovam a proteção integral e a garantia de direitos.

2.6.1.2 - CREAS II (Pessoa em Situação de Rua, Idosos e Pessoa com Deficiência)

O CREAS II oferece atendimento especializado a pessoas (idosos, mulheres, pessoas com deficiência e em situação de rua) cujos direitos foram violados ou que vivenciam situações de violência e risco social. Seu trabalho consiste em oferecer através das equipes multiprofissionais os serviços de acolhida, escuta qualificada, orientação e acompanhamento dos indivíduos e famílias em situação de risco, visando a superação da violação de direitos. A seguir, o quantitativo de atendimentos realizados pelo CREAS II no ano de 2025:

Atendimentos realizados	1.579
Encaminhamentos para Casa de Passagem / Acolhimento (Missão Vida)	103
Encaminhamentos para Projeto CEEL (feminino)	5
Acompanhamentos	3
Vale-transporte para Londrina	425
Vale-transporte para Apucarana	212
Cobertores distribuídos	101
Kits de higiene entregues	123
Cortes de cabelo	38
Passagens de longa distância	14
Cestas básicas	7
Cadastro Único (inclusões, atualizações e SIBEC)	171
Visitas domiciliares	81



O trabalho realizado pelas equipes do CREAS II é complementado pela parceria junto às Organizações da Sociedade Civil e Judiciário, que também representam parte essencial do trabalho do serviço de média complexidade.

Parceiros – Redes Públicas	Redes públicas do município
Parceiro conveniado	Missão Vida – Casa de Passagem Masculina e Abordagem Social
Parceiro conveniado	Projeto CEEL – Casa de Passagem Feminina
Observação	Projeto CEEL atende público masculino como Casa de Passagem, mesmo sem convênio, por solicitação do CREAS II/ Vila Trindade também realiza acolhimentos (não conveniada)
Parcerias	Ministério Público e Poder Judiciário

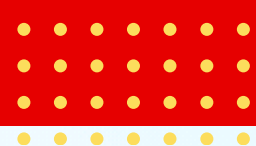
2.6.2- Proteção Social Especial de Alta Complexidade

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade constitui um dos níveis de atenção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destinado ao atendimento de indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

Esse nível de proteção oferece acolhimento provisório e excepcional, garantindo moradia, alimentação, higienização, acompanhamento técnico e proteção integral, sempre com a perspectiva de reconstrução de vínculos familiares e comunitários ou encaminhamento para soluções definitivas que assegurem direitos e dignidade..

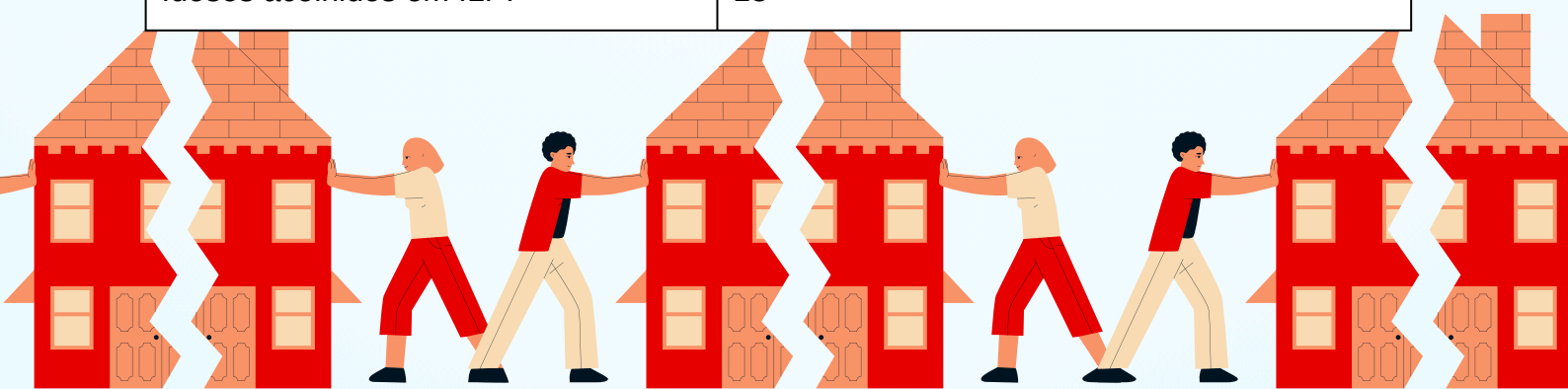
Em Rolândia (PR), o acolhimento de idosos é realizado por meio de Instituições de Longa Permanência (ILPIs), com opções filantrópicas e privadas. As instituições oferecem cuidados de saúde, moradia, alimentação e atividades sociais para pessoas com 60 anos ou mais.





A seguir, as informações referentes aos acolhimentos realizados no ano de 2025:

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
CAPACIDADE	10 acolhidos
ACOLHIMENTOS	24 crianças/adolescentes
TEMPO DE PERMANÊNCIA	De 20 dias até 7 anos
FAIXA ETÁRIA	Quantidade
0-6	11
7-12	11
13-18	2
GÊNERO	Quantidade
Masculino	14
Feminino	10
ENTRADAS NO ANO	24 crianças/adolescentes
Retorno à família de origem	4
Família extensa	8
Adoção	2
Cestas básicas concedidas às famílias	2
Permaneceram	7
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA A PESSOA IDOSA	
Idosos encaminhados para ILPI	4
Idosos acolhidos em ILPI	18



TRABALHO ARTICULADO COM A REDE DE SERVIÇOS	
Instituição/Órgão	Atividades/Participação
CRAS	Acompanhamento familiar, benefícios, reuniões, troca de informações, atividades em parceria, discussão/estudos de caso
CREAS I e II	Acompanhamento familiar, reuniões, troca de informações, atividades em parceria, discussão/estudos de caso
CRAM	Reuniões, troca de informações, discussão de caso
MP (Ministério Público)	Relatórios, providências, audiências
VIJ (Varas da Infância e Juventude)	Relatórios, decisões, adoção, audiências, desacolhimento
Rede Intersetorial	Escolas, saúde, Conselho Tutelar, Pronto Atendimento, hospitais
Rede Intermunicipal/Interestadual	Cooperação entre municípios e estados
Instituição/Órgão	Atividades/Participação

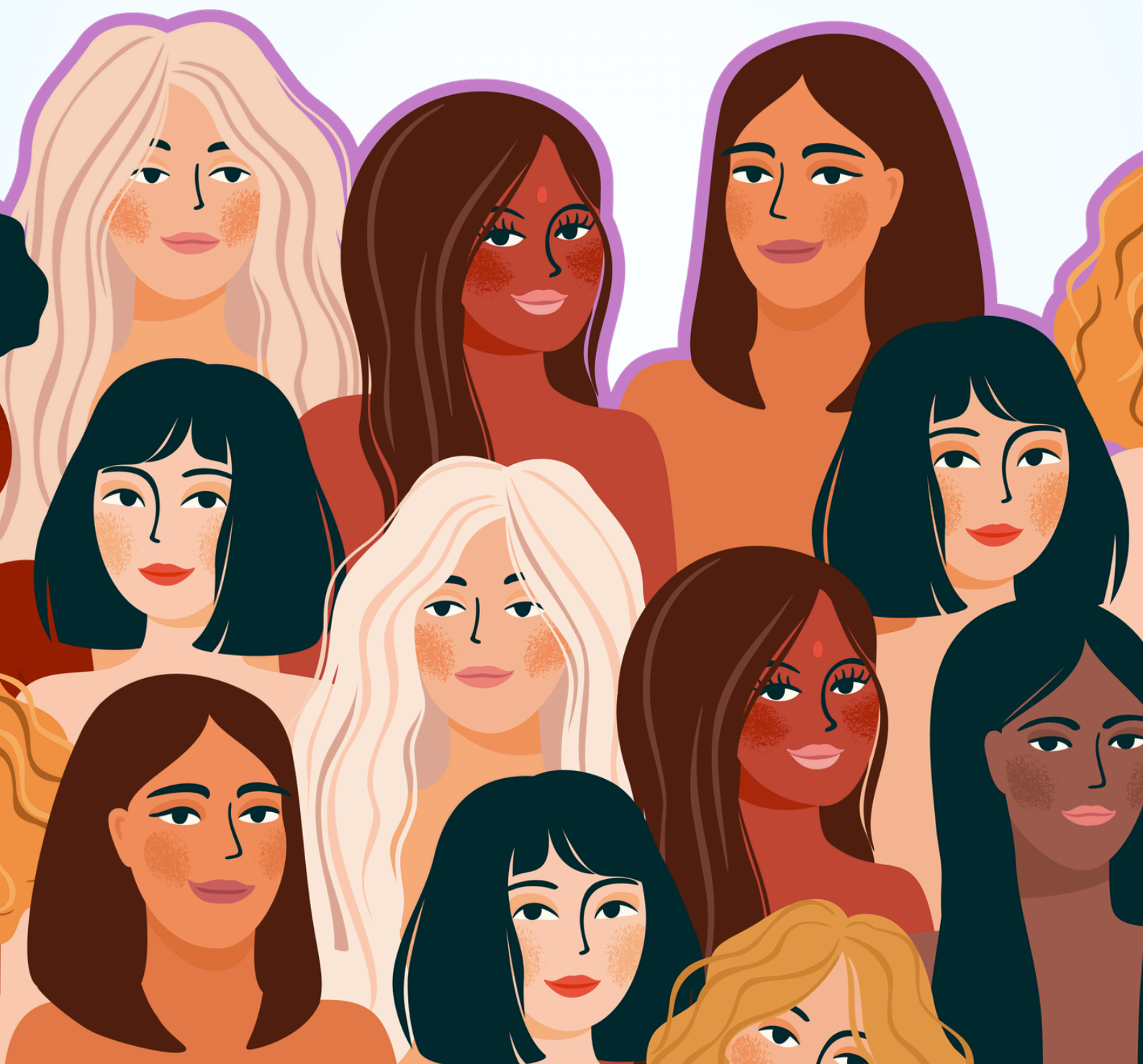
A articulação com a rede socioassistencial e intersetorial demonstra a atuação integrada e contínua dos serviços, garantindo acompanhamento técnico qualificado e alinhamento nas intervenções realizadas.

A interlocução permanente com CRAS, CREAS I e II, CRAM, Ministério Público, Varas da Infância e Juventude, além da rede intersetorial (educação, saúde, Conselho Tutelar, pronto atendimento e hospitais) e da rede intermunicipal/interestadual, fortalece o fluxo de informações, a construção conjunta de estratégias e a tomada de decisões mais assertivas. Essa integração é fundamental para assegurar proteção integral, efetivação de direitos e encaminhamentos adequados às demandas apresentadas.





POLÍTICAS PARA MULHERES



2.7-Políticas Para Mulheres

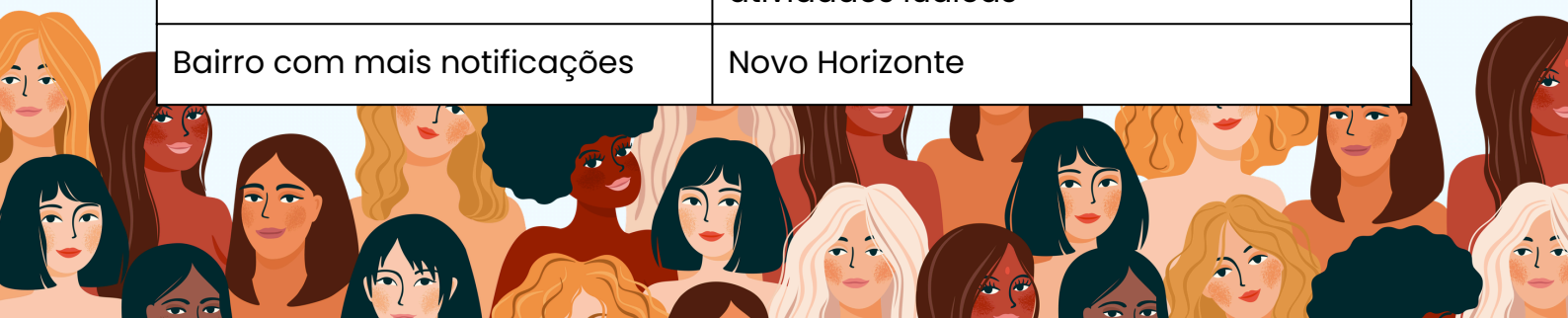
Os dados apresentados a seguir refletem o panorama dos atendimentos realizados no âmbito da política pública de enfrentamento à violência contra a mulher no município, evidenciando a atuação articulada entre o Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM e o Acolhimento Institucional para Mulheres Vítimas de Violência – Casa de Tamar.

As informações permitem analisar o volume de demandas, o perfil das mulheres atendidas, os tipos de violência predominantes, bem como os principais encaminhamentos e desafios enfrentados no atendimento e acolhimento, contribuindo para o planejamento, qualificação e fortalecimento da rede de proteção.

Área	Quantidade de atendimentos
Serviço Social	504
Psicologia	739
Jurídico (Procuradoria da Mulher)	10

2.8.1 - Acolhimento Institucional Para Mulheres Vítimas de Violência - CASA DE TAMAR

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA - CASA DE TAMAR	
Indicador	Dados
Total de acolhimentos já realizados	27 pessoas
Tempo médio de permanência	13 dias
Motivo principal	Violência física associada à vulnerabilidade social
Situação de saída	Retorno ao agressor • rede de apoio • mudança de cidade • autonomia
Principais dificuldades	Manejo coletivo • diferenças culturais • atividades lúdicas
Bairro com mais notificações	Novo Horizonte



2.8.2 – Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM)

O Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM constitui equipamento essencial da rede municipal de enfrentamento à violência contra a mulher, ofertando atendimento técnico especializado nas áreas psicossocial e orientação, com foco na garantia de direitos, fortalecimento da autonomia e superação das situações de violência.

Por meio de escuta qualificada, acompanhamento individualizado e articulação com os demais órgãos da rede de proteção, o serviço atua na prevenção da revitimização e na promoção do acesso das mulheres aos serviços públicos, assegurando suporte integral às demandas apresentadas.

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER – CRAM	
Indicador	Dados
Mulheres atendidas	465
Tipo de violência predominante	Psicológica (seguida de ameaça e física)
Encaminhamentos mais frequentes	Delegacia • Procuradoria da Mulher • CRAS • Saúde
Faixa etária predominante	20 a 25 anos
Escolaridade predominante	Ensino médio completo
Bairro com mais notificações	Novo Horizonte

Os registros apontam a predominância da violência psicológica, seguida de ameaça e violência física, revelando que muitas situações se iniciam de forma silenciosa e exigem estratégias preventivas e educativas, além da intervenção especializada. O perfil das mulheres atendidas – majoritariamente jovens, com ensino médio completo – indica a necessidade de ações direcionadas também ao público jovem adulto, com foco em autonomia, informação e fortalecimento de vínculos.

No que se refere ao acolhimento institucional, observa-se que a medida tem sido fundamental em situações de risco iminente, embora desafios como o retorno ao agressor e a vulnerabilidade socioeconômica reforcem a importância do trabalho intersetorial e da ampliação das estratégias de proteção e autonomia financeira. A concentração de notificações em determinados territórios, como o bairro Novo Horizonte, sinaliza a necessidade de ações preventivas focalizadas.



Conclui-se que a Diretoria desempenha papel estratégico na garantia de direitos, na articulação da rede socioassistencial e na promoção da proteção integral às mulheres, sendo imprescindível o fortalecimento contínuo de suas ações, da estrutura técnica e das políticas públicas voltadas à prevenção e superação da violência de gênero no município.

Os dados demonstram que, em curto período de funcionamento, a Diretoria consolidou fluxos de atendimento, ampliou o acesso aos serviços especializados e estruturou respostas técnicas qualificadas às situações de violência. Diante desse cenário, torna-se imprescindível o fortalecimento contínuo de suas ações, da equipe técnica e das políticas públicas voltadas à prevenção e superação da violência de gênero, assegurando sua consolidação como política pública permanente no âmbito municipal.





VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL (VSA)



3 – VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

A Vigilância Socioassistencial constitui função essencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável pela produção, sistematização e análise de informações territorializadas sobre vulnerabilidades, riscos e violações de direitos no município. Este eixo permite identificar a distribuição das demandas, mapear territórios prioritários e subsidiar o planejamento das ações da rede socioassistencial, garantindo maior assertividade na oferta dos serviços, programas e benefícios.

3.1 – Principais Vulnerabilidades Identificadas no Município por território


A partir da consolidação dos dados apresentados neste diagnóstico, foi possível identificar padrões recorrentes de vulnerabilidade social que impactam indivíduos e famílias no território municipal. Essas vulnerabilidades relacionam-se a fatores socioeconômicos, fragilização de vínculos familiares, situações de violência, insegurança de renda, presença de migrantes internacionais em processo de inserção social e outras necessidades que demandam acompanhamento continuado e ações intersetoriais.

3.1.1 – CRAS Arnaldo Garcia

Localizado na Rua Ouro, 465, esquina com a Rua Tupi – Vila Oliveira, o CRAS Arnaldo Garcia, mais conhecido como CRAS da Vila, atende ao maior número de famílias cadastradas na Assistência Social do município: são 6.675 famílias – de acordo com dados do IDS – sistema de informação da Assistência Social, sendo que destas, 806 são consideradas vulneráveis. As maiores vulnerabilidades apontadas para o território são: Idosos sem renda ou benefícios; Famílias monoparentais e numerosas, com baixa escolaridade; Famílias de imigrantes com múltiplas demandas; Famílias em situação de vulnerabilidade econômica e com dependência de substâncias psicoativas.

De acordo com levantamento de dados do IDS, o território conta hoje com 3.731 idosos (a partir de 60 anos), utilizado o recorte de renda per capita entre R\$ 0,00 e R\$ 1.621,00 (de renda zero a um salário mínimo). A nível municipal, temos 746 idosos que recebem BPC (Benefício de Prestação Continuada – com 65 anos completos ou mais) – esse indicador demonstra que são idosos em vulnerabilidade, pois o critério para concessão do BPC é de $\frac{1}{2}$ ou $\frac{1}{4}$ de salário mínimo per capita, dependendo da composição da renda familiar.





Atualmente, o CCI – Centro de Convivência do Idoso Maria Canônico, referenciado ao território do CRAS Arnaldo Garcia, atende a 307 idosos (cadastrados), sendo que a média de participação diária é de 130 pessoas. Considerando os idosos em vulnerabilidade, seria importante ao menos mais uma unidade do SCFV no território, pois de acordo com o levantamento das inscrições, são 206 idosos inscritos só nesse território. O município conta hoje somente com uma unidade de CCI que atende todo o município.


Em relação às famílias monoparentais, temos no município um total de 5.341 famílias no Cadastro Único com essa característica, sendo que dessas, 2.649 recebem o benefício Bolsa Família. Quanto ao número de crianças e adolescentes na faixa etária elegível para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o território conta com 919 crianças e adolescentes entre 6 a 15 anos, na faixa de renda de beneficiários do Programa Bolsa Família.

Atualmente, o município conta com parceria junto a uma Organização da Sociedade Civil, a qual oferta 100 vagas para o SCFV no território, sendo que dessas, 30 são conveniadas com a Secretaria de Assistência Social. Ou seja, num cenário imaginário em que todas as crianças e adolescentes da referida faixa etária tenham interesse no SCFV, existe um déficit de 819 vagas para o território.

No que diz respeito à população migrante, o município tem um total de 2.527 migrantes internacionais, e 13.329 migrantes nacionais. Esse número reflete apenas o número de pessoas que passaram pelos serviços da Política de Assistência Social e que se cadastraram no Cadastro Único. Pode haver variação no total numérico em relação às Políticas de Educação e Saúde, por serem Políticas Públicas de acesso universal. O CRAS da Vila prestou 385 atendimentos a pessoas de outros países durante o ano de 2025.

Dois dos grandes desafios enfrentados pelas equipes e pelas famílias migrantes internacionais, sem dúvida, é a cultura e o idioma. Porém, mesmo diante de tais dificuldades, os migrantes são atendidos com benefícios eventuais e concessão do Bolsa Família, por exemplo, assim como os nacionais. De acordo com o Plano Municipal de Atendimento ao Migrante, estão planejadas ações que vão desde a impressão de cartilhas em outros idiomas, até a oferta de oficinas de idiomas para os servidores públicos, passando por propostas das Políticas de Saúde, Educação e Trabalho.






O atendimento à população migrante, na Política de Assistência Social, é absorvido juntamente às demandas dos nativos de Rolândia, com o diferencial que o CRAS da Vila recebe quinzenalmente uma funcionária da Cáritas Arquidiocesana de Londrina que presta atendimento direcionado às particularidades e necessidades específicas dos migrantes (exemplo - agendamento na Polícia Federal). Mediante esse cenário migratório apresentado em Rolândia, entendemos que nosso município tornou-se destino certo e frutuoso para a população que chega à região norte do Estado do Paraná, em função principalmente das oportunidades de trabalho, bom atendimento educacional e de Saúde.

Sendo assim, a criação de um serviço/local que possa prestar atendimento qualificado ao migrante seria de grande valia, para que a população seja acolhida em suas necessidades e encaminhada aos diversos serviços adequadamente. Tais reflexões acerca da migração em Rolândia é válida para todo o município, não somente ao território do CRAS Arnaldo Garcia.

No que tange às famílias com integrantes em uso de substâncias psicoativas, o município oferece atendimento especializado através dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, sendo o CAPS AD responsável por prestar o atendimento inicial e organizar o Plano Terapêutico Individual, atuando com equipe multiprofissional diretamente com as demandas apresentadas pelos pacientes e suas famílias. Vale ressaltar que os três CAPS existentes em Rolândia atendem ao município todo.

Ao território do CRAS Arnaldo Garcia, estão referenciados os CAPS Infantil e CAPS AD. A Política Nacional de Assistência Social não contempla o atendimento desse público alvo através de comunidades terapêuticas, porém em alguns casos, os usuários de substâncias que se mantêm em certos graus de dependência química, muitas vezes optam por morar nas ruas - e por vezes, são convidados a se retirarem de suas casas pela própria família.

Nesse sentido, a Assistência Social possui a prerrogativa de oferecer os serviços de abordagem social e acolhimento institucional para a pessoa em situação de rua. No momento, a Secretaria Municipal de Assistência Social mantém convênio com duas entidades referenciadas ao território do CRAS Arnaldo Garcia, que atuam com o acolhimento desse público. Uma alternativa seria a criação do Serviço de Acolhimento em Repúblicas, direcionado para jovens em processo de desligamento de abrigo institucional infantil (18 a 21 anos) e para adultos em processo de saída das ruas.



3.1.2 – CRAS Luiz Picinin

Localizado na Rua Ivaí, s/nº – Jardim Nobre, o território do CRAS Luiz Picinin, mais conhecido como CRAS do Nobre, atende a 2.599 famílias – de acordo com dados do IDS – sistema de informação da Assistência Social, sendo que dessas, 833 famílias apresentam grau de vulnerabilidade importante.

No referido território a vulnerabilidade mais latente é a de famílias em situação de pobreza e desemprego, com dificuldades de mobilidade, especialmente as residentes nos bairros novos (Ernesto Franceschini, José Perazzolo e Tomie Nagatani) e nos Distritos do Bartira e São Martinho.

A falta ou inadequado serviço de transporte público impacta diretamente na mobilidade urbana, o que prejudica o acesso dessas famílias ao trabalho, emprego e renda formal – um dos fatores que contribui diretamente para o índice de vulnerabilidade socioeconômica de um território. Na realidade, a característica dos bairros novos no perímetro urbano é de famílias em vulnerabilidade desde a inauguração em 2013, resultado da forma de seleção adotada.

Como habitação de interesse social, os critérios foram voltados às famílias em situação de baixo poder aquisitivo, beneficiárias de programas sociais, famílias chefiadas por mulheres (em sua maioria monoparentais), e famílias advindas de territórios com taxas sensíveis de criminalidade.

Nesse contexto, o uso de substâncias psicoativas e envolvimento com práticas ilícitas permaneceu presente entre as famílias que coabitam os referidos bairros. Em consequência, o atendimento oferecido às pessoas dependentes químicas é realizado no CAPS Ad, localizado no Centro da cidade – mais uma vez dependendo do fator transporte público. Para a população residente nos Distritos, esse atendimento especializado em Saúde Mental é mais difícil ainda, visto a distância e a falta de descentralização do serviço.

Por fim, podemos afirmar que a dificuldade vinculada ao transporte público prejudica o acesso a Políticas Públicas de Trabalho e de Saúde Mental para essa parcela da população de Rolândia que reside mais distante do centro urbano.





Outra demanda presente no território do CRAS Luiz Picinin se refere à fragilização de vínculos familiares e isolamento social. Nesse sentido, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF realiza o atendimento e acompanhamento das famílias em maior vulnerabilidade, alcançando ainda, as famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família. Esse atendimento é realizado no espaço do CRAS para os bairros do perímetro urbano, sendo que só no descumprimento de condicionalidades foram 206 famílias em 2025.

O foco do trabalho do PAIF é fortalecer a função protetiva da família, prevenindo a ruptura de laços e promovendo a melhoria da qualidade de vida de seus membros. Seu público prioritário são famílias em situação de vulnerabilidade social e famílias com membros que necessitam de cuidados (idosos/pessoas com deficiência). Também atua na prevenção da ruptura de vínculos e o isolamento social, ações que podem contribuir para a convivência familiar e comunitária, fortalecendo seu sentimento de pertença.

Em relação aos serviços que poderiam ser oferecidos e considerando a vulnerabilidade do território, seria importante oferecer o SCFV para crianças e adolescentes (6 a 15 anos), assim como para a pessoa idosa. No território em questão, são 841 crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. E 1.342 pessoas idosas acima de 60 anos com renda de zero a um salário mínimo - essa informação corrobora com a realidade de participação no CCI Maria Canônico, que, dos 307 idosos cadastrados, apenas 28 residem no território Luiz Picinin. Assim esses números indicam a necessidade de oferecer o SCFV descentralizado (nos distritos e para nos bairros Perazollo, Franceschini e Tomie).

Destaca-se também o atendimento do CRAS Itinerante. No ano de 2025, foram realizados pela equipe do CRAS 527 atendimentos nos Distritos. Visto esse número expressivo, bem como a quantidade de famílias residentes nessas localidades que apresentam índice de vulnerabilidade importante, entendemos como necessária a organização adequada de espaços próprios para a acolhida e execução de atividades nesse microterritório. Para complemento e pensando na qualidade do atendimento prestado, seria ideal que a equipe de atendimento dos distritos fosse exclusiva para tanto. De acordo com o IVFPR, os distritos somam 74 famílias em alta vulnerabilidade.



3.1.3 – CRAS Regina Maura de Oliveira

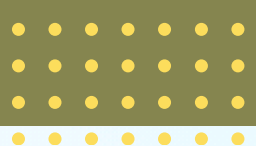
Localizado na Rua Francisco Ramos Pereira, 58 – Conjunto San Fernando, o CRAS Regina Maura de Oliveira, mais conhecido como CRAS do San Fernando, referencia 4.530 famílias – de acordo com dados do IDS – sistema de informação da Assistência Social, sendo que 792 famílias apresentam grau de vulnerabilidade importante (IVFPR). De acordo com o levantamento de informações realizado pela equipe do CRAS, as vulnerabilidades recorrentes entre as famílias são caracterizadas por famílias monoparentais e pessoas idosas sem apoio familiar, beneficiários do Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades, famílias em vulnerabilidade econômica ou sem renda, e, baixa escolaridade, fragilidade socioeconômica e uso de substâncias psicoativas.

Traçando um panorama geral de Rolândia, o total de famílias no Cadastro Único em nosso município é de 10.094. Dessas famílias, 3.487 são monoparentais chefiadas por mulheres. Essa é a realidade de muitas famílias que são atendidas pelos CRAS, especialmente no território do CRAS do San Fernando. São mães solo, com rede de apoio (quando existe) também feminina (avós, tias, madrinhas, vizinhas) que precisam lidar com as obrigações de manutenção da casa, cuidado e educação dos filhos. No referido território, existe a particularidade de haver muitas famílias vindas das regiões norte e nordeste do país – essas pessoas chegaram a Rolândia em busca de trabalho e qualidade de vida – com Cadastro Único realizado na cidade de origem (principalmente do Estado de Alagoas).

Os cadastros foram feitos em suas cidades de origem quase que em sua totalidade sem a inclusão do esposo – esse trabalho de sensibilização e orientação com as responsáveis pela famílias, de indicar a composição familiar real, é realizado pela equipe do Cadastro Único nos CRAS em suas reuniões de acolhida do Cadastro e nas visitas domiciliares, bem como pelos entrevistadores sociais. São famílias muitas vezes numerosas, e valores do benefício mais expressivos, o que torna pouco atrativo para essas mulheres ingressar no mercado formal de trabalho (visto a dificuldade em prestar os cuidados para as crianças fora de horário escolar).

Sobre os idosos sem apoio familiar, o território possui 23 idosos acima de 60 anos sem renda, que residem sozinhos, e dependem exclusivamente do Bolsa Família, dos atendimentos prestados pelo CRAS e ajuda de outras entidades. A partir de 60 anos e com renda de meio salário mínimo per capita, ou seja, duas pessoas sobrevivendo com um salário, são 71 idosos.







Esse número demonstra que o território, apesar de pequeno em extensão pois os bairros são concentrados, apresenta uma situação de vulnerabilidade econômica presente - para reflexão, como duas pessoas idosas podem ter qualidade de vida com uma renda tão baixa? Para os gastos próprios da idade como saúde (remédios que não são oferecidos na cesta básica de medicamentos do SUS ou Farmácia Popular), e gastos com alimentação adequada, vestuário, contas básicas de moradia (aluguel, água, luz) - a renda é insuficiente.

Esse contexto ainda não está considerando as famílias em que os filhos e netos dos idosos dependem financeiramente deles. Para esses atendimentos, o CRAS e o CREAS II realizam o serviço de atendimento ao idoso e PCD no domicílio, oferecendo apoio técnico, escuta qualificada e concessão de benefícios, além de encaminhamentos pertinentes a cada situação.

No referido território, residem 1.727 idosos, e destes, apenas 47 participam do CCI (localizado no Jardim Monte Carlo) - esse número reflete a necessidade de ser criado um SCFV descentralizado para pessoas acima de 60 anos - espera-se assim aumentar a participação desses idosos no serviço, que promove ações voltadas à qualidade de vida e sociabilidade da pessoa idosa. A distância e o horário do transporte público influenciam diretamente na dificuldade de participação da pessoa idosa em serviços distantes de sua moradia.

Das vulnerabilidades elencadas pelas equipes dos territórios, o CRAS San Fernando foi o único que indicou famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família. Proporcionalmente ao número de famílias cadastradas, é o território com mais famílias nessa situação. Tomando como referência o mês de dezembro de 2025, em todo o município de Rolândia foram 4.833 pessoas acompanhadas pela Saúde, sendo 1.223 crianças; na Educação, o total de beneficiários acompanhados pela educação (4 a 17 anos) foi de 2.556 - em todo o município. No território do CRAS San Fernando, foram 866 atendimentos realizados para as famílias em descumprimento de condicionalidades, atendidas pelo PAIF - Programa de Atenção Integral à Família.





Essa dinâmica demonstra que os direitos essenciais à Educação e a Saúde das crianças e adolescentes do território foram de alguma forma violados, impactando diretamente na qualidade de vida das famílias. Especialmente as faltas escolares indicam que a família pode estar passando por alguma situação mais séria e merece atenção. Nesse sentido, o oferecimento de atividades de SCFV de 6 a 15 anos, bem como ensino integral nas escolas do território poderia ser considerada uma importante rede de apoio para as referidas famílias.

3.2 - Desafios e Lacunas da Rede Socioassistencial

A análise da estrutura e da execução dos serviços evidencia avanços na organização da política pública de Assistência Social, porém também revela desafios a serem enfrentados. Entre eles destacam-se a necessidade de ampliação de equipes técnicas, fortalecimento da articulação intersetorial, qualificação permanente dos serviços e expansão de ações preventivas nos territórios com maior incidência de vulnerabilidades. A identificação dessas lacunas é fundamental para o aprimoramento da gestão e para o planejamento estratégico dos próximos anos.

3.3 - Considerações Finais

O presente Diagnóstico Socioterritorial consolida informações fundamentais para a compreensão da realidade social do município, evidenciando a complexidade das demandas atendidas pela política de Assistência Social. Os dados apresentados reafirmam a importância da atuação integrada da rede socioassistencial, da proteção básica à especial, bem como das políticas complementares, como as voltadas às mulheres e aos migrantes internacionais. Este documento constitui instrumento técnico orientador para o planejamento, monitoramento e fortalecimento das ações da referida Secretaria, visando à garantia de direitos e à promoção da inclusão social de forma efetiva para a população vulnerável de nosso município.



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA FIEP. **Capacitação para empregabilidade e inclusão de migrantes internacionais é realizada em Rolândia.** Curitiba, 2025. Disponível em: <https://agenciafiep.com.br/2025/05/29/capacitacao-para-empregabilidade/> Acesso em: 24 fev. 2026.

BEM PARANÁ. **Paraná recebeu quase 50 mil imigrantes de 137 nacionalidades nos últimos anos.** Bem Paraná, 2025. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/parana/parana-recebeu-quase-50-mil-imigrantes-de-137-nacionalidades-nos-ultimos-anos/> Acesso em: 24 fev. 2026.

IDS – Instituto de Desenvolvimento Social. **Relatórios – Atendimentos de Migrantes Internacionais (2021-2025).** [Documento interno]. Rolândia, 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: **Paraná recebeu 377 mil migrantes de outros estados e países entre 2017 e 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Censo-Parana-recebeu-377-mil-migrantes-de-outros-estados-e-paises-entre-2017-e-2022> Acesso em: 24 fev. 2026.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **IparDES lança diagnóstico sobre migrantes e refugiados no Paraná – período de 2018 a 2024.** Curitiba: IPARDES, 2025. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/index.php/Noticia/Ipardes-lanca-diagnostico-sobre-migrantes-e-refugiados-no-parana-periodo-de-2018-2024> Acesso em: 24 fev. 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA. Secretaria de Assistência Social. **Dados do Drive Proteção Básica (2021-2025).** [Documento interno]. Rolândia, 2025.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA. Secretaria de Assistência Social. Relatório de gestão da assistência social do município de Rolândia (2025). [Documento interno]. Rolândia, 2025.

PARANÁ (Estado). **Secretaria da Justiça e Cidadania. Atendimentos a migrantes aumentaram 15% em 2025.** Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2025. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Noticia/Atendimentos-migrantes-aumentaram-15-em-2025> Acesso em: 24 fev. 2026.

ROLÂNDIA (PR). **Prefeitura Municipal. Indústria Acolhedora promove inclusão de migrantes internacionais em Rolândia.** Rolândia, 2025. Disponível em: https://www.rolandia.pr.gov.br/noticias_individual/21123 Acesso em: 24 fev. 2026.





**PREFEITURA DE
ROLÂNDIA**



**SECRETARIA MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**